

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, realizada no dia vinte e quatro de Abril de dois mil e nove.

Aos vinte e quatro dias do mês de Abril do ano dois mil e nove, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência do Sr. Dr. António Simões Saraiva.

Considerando a ausência do Segundo Secretário, Sr. Prof. António Morgado Ferreira Alves, foi designado, para o preenchimento daquela vaga em aberto na Mesa, o Sr. Dr. Manuel Fabrício.

Aberta a sessão, foi feita a chamada dos membros deste órgão, tendo-se verificado que se encontravam ausentes, para além do Sr. Prof. António Morgado Ferreira Alves, que apresentou justificação, a Sra. Dra. Ana Paula Ferreira Nobre, o Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, o Sr. Eng^o Carlos Artur Simões Esteves Maia e Sra. Dra. Regina Manuela Passinho Ferrão, que também justificaram as suas faltas, tendo as mesmas sido consideradas justificadas pela Mesa, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea j) do n^o 1 do artigo 46^o-A da Lei n^o 5-A/2002, de 11 de Janeiro. Verificou-se, igualmente, que não estavam presentes a Sra. Eng^a Dulce Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro e o Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, que não remeterem justificação relativas às suas ausências.

Também se encontravam ausentes o Sr. Luís Tavares Pereira de Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, o Sr. Aristides Gonçalves da Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Avô, o Sr. Dr. Manuel Fernando Morais Silva Garcia, Presidente da Junta de Freguesia de São Gião e a Sra. D. Maria Graciosa Rosa Fontinha Nunes, que, respectivamente, designaram para seus substitutos a Sra. D. Rosa Adriana Mendes de Jesus, o Sr. António da Silva Antunes, o Sr. Luciano Marques Correia e a Sra. D. Maria José Miranda Vilas Boas.

Encontravam-se presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Mário Américo Franco Alves, e os Srs. Vereadores Maria José de Bastos Jorge Gonçalves Freixinho, Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Elsa Maria Lopes Correia, Albano José Ribeiro de Almeida, Maria de Fátima Gonçalves Antunes e José Francisco Tavares Rolo.

Da presente sessão da Assembleia Municipal, fazia parte a seguinte Ordem do Dia:

I – Informação acerca da actividade e da situação financeira do Município.

II – Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do n^o 2 do artigo 53^o da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, da proposta da Câmara Municipal para a primeira alteração ao Mapa de Pessoal ao serviço da Câmara Municipal para o ano de 2009 que, nos termos do n^o 2 do artigo 4^o da Lei n^o 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, acompanhou a proposta de Orçamento.

III – Apreciação, nos termos da alínea c) do n^o 2 do artigo 53^o da Lei n^o 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e da respectiva avaliação, bem como apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano 2008.

IV – Apreciação e votação, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, da proposta de aplicação do resultado líquido do ano de 2008.

Seguidamente, foi submetida à votação a acta da sessão ordinária de vinte de Fevereiro de dois mil e nove, tendo sido aprovada por maioria, com sete abstenções.

Entrando-se no período antes da Ordem do Dia, foram efectuadas as respectivas inscrições, tendo sido dada a palavra ao Sr. António José da Fonseca Mendes Dinis, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez:

“Esta minha intervenção, que eu pretendo que seja rápida, prende-se inicialmente por chamar um pouco aqui uma situação familiar pelo motivo de participação do meu filho mais novo na ARCED. A ARCED tem provas dadas no desporto do concelho, nomeadamente nas Escolinhas. Queria convidar todos para, no próximo dia dois, às doze horas, no Pavilhão da Lousã, assistirem à final da Distrital, para o apuramento do Campeão, por parte da ARCED A, das Escolinhas de Futebol da ARCED, do João Veloso. Queria aproveitar que ficasse registado dar os meus parabéns ao João Veloso e a toda a equipa técnica pelo trabalho fantástico que eu tenho tido a oportunidade de acompanhar nestes últimos meses. O trabalho que têm feito com os miúdos tem sido fantástico. E que fique o registo.

Queria-me congratular por, finalmente, se irem iniciar as obras da tão esperada melhoria da estrada Aldeia das Dez / Vale de Maceira. A minha intervenção é só para alertar para que haja algum cuidado na fiscalização da mesma, para que não se venham a repetir erros de um passado recente, nomeadamente na estrada Ponte das Três Entradas / Aldeia das Dez e na estrada de ligação de Aldeia das Dez / Avelar / Alvôco das Várzeas.

Também queria “puxar também aqui um pouco a brasa à minha sardinha” e ter um pequeno desabafo: tenho sido confrontado com os meus eleitores, e não só, pelos que não votaram em mim, por não participar activamente na Assembleia Municipal, embora eu tenha feito ver que há assuntos que não são para ser tratados na Assembleia, são para ser tratados directamente com o Município. Porque, realmente, nós, nas Juntas... E tenho aqui os meus colegas de algumas juntas de freguesia que sabem que quase sempre não depende de nós o podermos fazer obras. Todos sabem e o ditado é antigo, que “sem ovos não se podem fazer omeletas”.

Eu queria que ficasse o registo de todo o meu empenho, do da minha Secretária e do da minha Tesoureira, do empenho de todo o Executivo que me acompanha na freguesia de Aldeia das Dez. Nós temos feito os possíveis para que mais fosse feito. Só que não está nas nossas mãos. A freguesia de Aldeia das Dez não tem fontes de receita. Estamos sempre dependentes de apoios financeiros de terceiros. E, quanto a isso, não há mais nada a dizer. O meu obrigado.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Prof. João Dinis, que fez as seguintes intervenções:

“25 DE ABRIL, SEMPRE!:

Cumprem-se trinta e cinco anos desde aquele feliz Abril da nossa história recente.

Trinta e cinco anos, uma vida!

Uma vida reconquistada para se viver melhor e com mais dignidade.

Hoje, trinta e cinco anos depois, já se receia que em vez de caminharmos para o futuro estejamos a caminhar para o passado. Há quem diga que é “da crise”. Ora, os mais conhecidos falsificadores da nossa esperança foram e são os incendiários que atearam e ainda sopram o incêndio da crise e que, agora, querem fazer-se passar por doces bombeiros...

Esta grave crise tem na sua origem praticamente três décadas de políticas de direita definidas e aplicadas por sucessivos governos e pela CEE agora União Europeia.

Políticas de direita que negam o espírito de Abril e o seu projecto profundamente democrático e humanista.

Portanto, para sair da crise, são necessárias outras e melhores políticas ao serviço do nosso Povo e do nosso País. Políticas democráticas que retomem o projecto de Abril.

Sim, são necessárias outras e melhores políticas ao serviço dos Povos de todo o Mundo.

Porém, os tais “incendiários” da crise, que agora se tentam fazer passar por bombeiros, não querem reconhecer estes factos. E não querem reconhecê-lo simplesmente porque estão a mando, ao serviço, dum pequeno grupo dos grandes detentores da alta finança e da economia “de casino” que estão a arruinar Portugal e a comprometer a soberania e a independência nacionais.

Entretanto, a violência desta crise está a aumentar, está a dar cabo da nossa vida e a minar a esperança em dias melhores.

Mas, ao mesmo tempo, os tais incendiários da crise, os falsificadores de promessas, estão a presentear com imensos recursos públicos o clube restrito dos grandes vigaristas e maiores especuladores da alta finança. À custa do nosso e de outros Povos.

Não, não há propaganda que iluda esta situação muito, muito grave e que, passada a ventania eleitoralista, ainda mais se vai agravar caso os incendiários de turno e promotores destas políticas continuem aboletados nas cadeiras do poder.

Mas, “Deus é grande”, como diz o nosso Povo.

Por outro lado, muito depende de nós.

E nós sonhamos, e nós queremos, uma vida melhor.

Vamos continuar a luta para transformar em realidade o sonho de Abril e de Maio.

Viva o 25 de Abril!”

“POPULAÇÃO E AUTARQUIAS DE VILA FRANCA DA BEIRA RECLAMAM A MANUTENÇÃO DE TODO O SERVIÇO MÉDICO ORIGINAL NO “POSTO AVANÇADO DE ACOMPANHAMENTO A IDOSOS” DA FREGUESIA:

O Ministério da Saúde já encerrou este “Posto Avançado de Acompanhamento a Idosos”, em Vila Franca da Beira, durante duas semanas, em Dezembro de 2007.

A posição firme da autarquia local e da População fez recuar a Direcção de Saúde Coimbra que reabriu o Posto com os dois Médicos que aí prestam serviço.

Entretanto, um desses Médicos não tem podido continuar a deslocar-se a Vila Franca da Beira e o Centro de Saúde de Oliveira do Hospital demonstrou ser incapaz de resolver o caso, por exemplo, substituindo esse Médico.

Agora, uma parte dos Utentes do Posto Avançado de Acompanhamento a Idosos tem que se deslocar à Extensão de Saúde de Ervedal para aí ser acompanhada, o que, para além da

injustiça, introduz um factor de discriminação em relação aos outros Vilafranquenses que continuam a ter consultas em Vila Franca da Beira.

Agora, às Quartas e Sextas-Feiras, vários dos Utentes do Posto Avançado de Acompanhamento a Idosos de Vila Franca da Beira vão acumular-se – e permutar doenças – com os Utentes usuais da Freguesia de Ervedal nas acanhadas instalações da Extensão de Saúde Local.

Aliás, note-se, os Utentes não têm consigo o Cartão Magnético porque, ao que lhes é dito, o Centro de Saúde de Oliveira do Hospital “não tem operacional a máquina electrónica necessária à respectiva actualização”, um problema afinal já recorrente. Quer dizer, em tempos do “simplex”, do “Magalhães” e de outras patranhas propagandísticas, temos ali é um “complex” electrónico...

Outros Vilafranquenses – daqueles “felizardos” que recebem umas reformas maiorzitas – esses acabam por se deslocar a consultórios privados nas redondezas onde pagam no mínimo vinte euros por consulta.

Assim vai, difícil, a vida, apesar e para além da cortina da propaganda governamental também em torno das questões de Saúde Pública.

A População de Villa Franca da Beira acaba de se dirigir (outra vez) aos principais responsáveis pelo Ministério da Saúde a reclamar o seu direito a ter o Posto Avançado de Acompanhamento de Idosos a funcionar em pleno, afinal como funcionava desde 1988, na Freguesia.

Sabemos que pelo menos a freguesia de Meruge, em circunstâncias idênticas, está a proceder de igual forma.

Entretanto, também desde já se apela à Câmara Municipal no sentido de, provisoriamente que seja, apoiar com transportes a deslocação daqueles Utentes, sobretudo Idosos, que estão a ser obrigados a ir à Extensão de Saúde em Ervedal da Beira.”

“PAVIMENTAÇÃO DA ESTRADA VELHA E ...

Finalmente, finalmente, avança esta obra municipal. Pois que, agora, avance bem. Entretanto, as ruas que lhe dão seguimento, aquelas ruas junto ao Jardim do Rossio, essas continuam sendo das piores ruas urbanas em todo o nosso Concelho e já aqui temos assinalado isso durante os três últimos anos...

Fazemos votos para que não demore muito mais até serem convenientemente requalificadas essas ruas e isso depende directamente da Câmara Municipal tanto mais que, como é reconhecido, é primeiro necessário substituir as condutas subterrâneas da água pública.

UM MELHOR APROVEITAMENTO TURÍSTICO, RECREATIVO E PATRIMONIAL DA CORDINHA:

1 – É necessário considerar, introduzir e divulgar melhor nos “roteiros” municipais (na página net, por exemplo) os itinerários dos passeios pedestres – e até motorizados – que se praticam na zona da Cordinha.

2 – Também é insatisfatória a promoção, e mesmo a consideração, do património histórico (e comum) da Cordinha, a começar pelo Castro do Vieiro e das “velhas” aldeias do Vieiro e do Vale de Ferro, e a acabar na interessante “rede” das Capelas da Freguesia de Seixo da Beira.

3 – No vale do Rio Seia, é necessário e urgente recuperar o bonito açude do Moinho das Figueiras, no limite das freguesias de Vila Franca da Beira e de Lagares.

4 – Nas estradas principais é necessário melhorar a indicação sinalética das freguesias a que essas estradas dão acesso, a começar pela indicação da freguesia de Vila Franca da Beira.

5 – Mesmo na Estrada da Beira falta sinalética a indicar roteiros paisagísticos, turísticos e patrimoniais importantes, incluindo para o Vale do Alva e região vizinha (Senhora das Preces, Piódão).

RECINTO PARA FEIRA PECUÁRIA EM OLIVEIRA DO HOSPITAL:

Na sequência daquilo que aqui já referi na última sessão desta Assembleia Municipal, é dado adquirido que os Pastores consideram de grande importância a instalação de um recinto para a feira pecuária.

Já agora, a instalar o mais perto possível no novo recinto da Feira normal.”

Em seguida, interveio o Sr. Dr. Francisco José Garcia:

“Já fiquei mais contente hoje, por ver aqui o meu amigo Dinis, que nós, PS, há tanto tempo que andamos a pedir mais verbas para as juntas de freguesia, equiparadamente, claro, não com a discrepância que há entre umas freguesias e outras mas que a Câmara dê mais para as Juntas para que elas, de facto, possam ter “mais ovos para fazer melhores omeletas”. Já podias era, há mais tempo, ter-te juntado a nós.

Lamentavelmente estamos a chegar ao final de mais um mandato deste Executivo em permanência, liderado pelo Sr. Prof. Mário Alves e não vimos Oliveira do Hospital enveredar por um caminho com futuro, com desenvolvimento social, económico ou cultural. O que assistimos foi a mais um ano de gestão do dinheiro de todos nós – cerca de quatro vírgula cinco milhões de contos por ano, diz-nos o Orçamento que aqui nos trazem – para trocar lâmpadas, alcatroar caminhos para quintas e quintinhas, calcetar uns recantos... Porque, no entender do Sr. Presidente, dar-lhe-ão, eventualmente, mais dez ou quinze votos. Foi mais um ano de puro eleitoralismo fútil, que não leva esta nossa terra no caminho da protecção do futuro dos jovens que por cá querem ficar e fazer as suas vidas e muito menos conseguem cativar aqueles que para cá vêm estudar e aqui desejam fixar-se. Continuamos a não ver uma incubadora de empresas, continuamos a não ver o Sr. Presidente da Câmara a diligenciar, junto das entidades e ministérios competentes a instalação, no nosso concelho, de novas infra-estruturas na área do desporto, lazer ou cultura. E era tão fácil, por exemplo, trazer para cá uma pousada da juventude. Só vemos o Sr. Presidente da Câmara a inverter os papéis e a culpar sempre o Governo de tudo e de nada. Se o Governo faz, é porque é tarde; se não faz, é porque não faz. Mas todos sabemos que o Governo faz muito por Oliveira. Por exemplo, a aprovação de um Contrato Local de Desenvolvimento Social para apoio à população com mais dificuldades. Continuamos a ter um Presidente da Câmara que está quinhentos anos atrasado no que toca à visão do futuro e do desenvolvimento, como facilmente vemos com o afunilar das ruas dentro de Oliveira. O Marquês de Pombal, no seu tempo, construía avenidas; o actual Presidente da Câmara, em Oliveira, encolhe-as, tal como encolhe todo o concelho. O actual Presidente da Câmara não tem sequer competência para promover o que Oliveira tem de bom, como sejam as nossas inigualáveis condições para o turismo de natureza, continuando a apostar em superfluidades baratas

Sr. Presidente: urge aplicar medidas que chamem turistas, que chamem investidores. Fui um dia destes a Mirandela. Aconselho-o a ir lá. Deve conhecer. E aprender como se faz por lá. Aprenda o que é, de facto, uma praia fluvial, as infra-estruturas que tem de ter. Aprenda o que é animação, de facto, lá, no local. E aprenda como se chamam as pessoas e as fidelizamos a vir, ano após ano. O Sr. tem ainda muito que aprender no que toca à realização de certames e qual a dignidade e projecções necessárias e exigíveis para este tipo de eventos, dada a qualidade das nossas... Internamente, a nível do concelho.

Para terminar: estive, um dia destes, com mais pessoas, num almoço de aniversário de uma colectividade daqui do nosso concelho. Ouvi atentamente o Sr. Presidente da Câmara, onde ele afirmou que pauta a sua vida privada e política pela seriedade, dignidade e diálogo, que é contra os ataques pessoais, a calúnia, por uma postura dialogante, respeitadora, etc. Pergunto-lhe a si, Sr. Presidente, aquilo que todos nós assistimos nos últimos três anos, nos jornais, é o quê? Os ataques viscerais do Sr. Presidente, do seu Vice-Presidente e de outros aos seus colegas de partido é um exemplo de quê? Garanto-lhe que é exemplo de tudo mas nunca do que o Sr. afirmou ser nesse almoço. Uma figura pública – como o Sr. e como todos nós – tem responsabilidades acrescidas e não pode, em momento algum – e cito um jornal – dizer “num ATL há duas inválidas que não fazem nem querem fazer”. Como diz uma pessoa amiga: “o Sr. Presidente da Câmara estraga a beleza deste concelho”.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Alberto Carlos Cadima Santos, Presidente da Junta de Freguesia da Lajeosa, que fez a seguinte intervenção:

“A minha vinda aqui hoje é no sentido de pedir várias explicações ao Sr. Presidente de Câmara:

- o porquê da falta de investimento na minha freguesia;
- o porquê da não resposta a vários ofícios dirigidos à Câmara;
- o porquê do Sr. Presidente da Câmara recusar-se sistematicamente a receber-me;
- o porquê de mandar cinco funcionários da Câmara e duas viaturas com *tout-venant* para a Rua do Jardim e colocar apenas esse *tout-venant* em frente a uma casa particular, deixando o resto sem arranjo. Relembro o Sr. Presidente que é a mesma rua para a qual eu fiz ofício no sentido de a iluminar com seis bip's e seis postes e o senhor colocou quatro bip's e quatro postes até à referida casa, quando nessa altura já existia a construção de uma outra moradia nessa mesma rua, numa rua que tem apenas seiscentos metros de extensão.

Isto são situações que não se compreendem, Sr. Presidente, e que se chama, talvez, compadrio político. Até porque eu, como Presidente de Junta, nunca tive conhecimento desta situação se não fossem os moradores dessa rua me dizerem aquilo que o Sr. fez. E, à entrada, o terreno é do Presidente da Junta de Freguesia da Lajeosa.

- o porquê do não alcatroamento da estrada Fontanheira/Lajeosa e Lajeosa/ Lagos da Beira. As referidas estradas estão praticamente no terceiro-mundismo, Sr. Presidente de Câmara.

- o porquê do não alcatroamento do Beco do Outeiro, de dois bip's há quanto tempo pedidos.

- o porquê do não apoio financeiro a várias solicitações feitas pela Junta de Freguesia de Lajeosa.

- o porquê e para quando o saneamento básico ao Bairro do Viso?

- para quando o saneamento básico à Quinta da Fontanheira, quando existem dois restaurantes e uma casa de turismo rural?

- o porquê do não alcatroamento da estrada da Quinta da Regada de Baixo.

- o porquê do não empedramento da Rua da Queijaria, no Poeiro, até ao limite de freguesia.

- e para quando as iluminações públicas que estão pedidas e em falta desde 2006.

O progresso de uma freguesia e, no fundo de um concelho não se faz pela marginalização dos Presidentes de Junta. São eles os porta-voz dos problemas de toda uma população. Como tal, merecem ser, acima de tudo, respeitados e, sempre que possível, apoiados pela Câmara Municipal, na figura do Sr. Presidente.”

Seguidamente, interveio o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves:

“Como é hábito, começo por protestar ter recebido a documentação muito tarde, ainda por cima uma quantidade enorme de papel, que ninguém consegue ler em dois ou três dias. O aviso do correio tinha data de sexta-feira passada. Eu, só no início da semana é que consegui levantar. Portanto, calculam, pela quantidade de papel que receberam, o tempo que eu tive para ver a documentação.

Segunda questão: creio que foi na penúltima sessão, que critiquei aqui a falta da Câmara ao apoio do MODCOM. Foi-me dito que as pessoas tinham concorrido e não tinham recebido o dinheiro. Eu fui ver o que é que se passava e tenho aqui a resposta: na primeira fase, dos três projectos, um não foi aprovado por insuficiência de dotação orçamental e os outros dois foram pagos. Na segunda fase, um dos projectos não foi enquadrado para efeitos de apoio financeiro por insuficiência de dotação – não havia dinheiro que chegasse –, o outro foi anulado em virtude de ter expirado o prazo legal definido para a assinatura do contrato, sem que o promotor tenha enviado o contrato e todos os elementos necessários à sua assinatura. Apenas foi apoiado o seguinte projecto: projecto tal, fulana tal. Foi assinado o contrato de concessão de incentivos em vinte e dois de Fevereiro de dois mil e oito, não tendo, no entanto, sido apresentado qualquer pedido de pagamento do incentivo. De acordo com a informação obtida junto do promotor, o investimento já se encontra realizado, não tendo ainda sido solicitado o pagamento final do incentivo por dificuldades na organização do processo. Na terceira fase foram apresentados quatro projectos, considerados elegíveis e apoiados. Isto para dizer que eu tinha razão em setenta e cinco por cento daquilo que disse; o Sr. Presidente da Câmara teria razão, eventualmente, em vinte e cinco por cento porque um dos projectos não foi apoiado por falta de dinheiro, mas os outros... As pessoas acabaram por não receber por falta de capacidade para organizar o *dossier* e aí persiste a minha crítica em relação à Câmara, que não ajudou os promotores nestas questões técnicas.

Comemora-se amanhã o vinte e cinco de Abril. Como sabem, em mil setecentos e oitenta e nove, deu-se uma das maiores revoluções no Mundo – a Revolução Francesa – cujos ideais se propagaram a todos os países. E que, como sabem também, em Portugal esteve na origem da loucura de D. Maria I e dos problemas de saúde do filho. A Revolução Francesa foi feita sob o lema da liberdade, igualdade e fraternidade. Já nessa altura se percebia a necessidade de afirmação da liberdade como um valor supremo de afirmação do Homem. É certo que também era uma liberdade política, em nome do indivíduo e da propriedade, contra os privilégios da nobreza. Mas foi um avanço civilizacional fantástico, na sequência da

percepção, na Renascença, da necessidade da liberdade como um dos valores da dignidade humana.

Mais tarde, em mil novecentos e quarenta e oito, foi aprovada a Declaração Universal dos Direitos do Homem. De novo, a liberdade aparece como suprema.

O vinte e cinco de Abril de setenta e quatro fez-se, mais uma vez, em nome da liberdade. Liberdade é cada um fazer o que quiser da própria vida, tendo em vista o seu crescimento pessoal. A liberdade não deve ter peias nem amarras, como diz o poeta. Se quiserem, liberdade é a responsabilidade de cada um em utilizar as suas determinações íntimas para cumprir o seu próprio destino. Isto foi percebido na Renascença. Por isso se fizeram revoluções e por isso muitos morreram para defender a liberdade.

Quero aqui afirmar, com toda a convicção, que neste concelho ainda há pessoas que não compreenderam esta dimensão da vida: a necessidade de defender a liberdade. Continua a não haver liberdade. Tenho andado por aí a cumprir o dever cívico e de cidadania que é tentar fazer as listas para as próximas eleições autárquicas e o que ouço deixa-me perplexo. Condicionam-se as pessoas a aderir a determinada lista. Pior: obrigam-se a fazer parte das listas ou a dizer “se não vais connosco, não vais com eles”. A alguns dizem-lhes: “cumpri o meu dever para contigo; agora, tens de me pagar”, “prometo-te que te vou fazer isto e mais isto”, “passo a comprar-te os teus produtos.” Enfim, já não vou tão longe como um jornal local que fala em distribuir benesses e favores políticos. Isto é inadmissível!

Em primeiro lugar dizer que acho muito bem que se convidem pessoas na base de projectos e opções políticas, mas em função da ideologia. As listas são feitas por partidos políticos. Os políticos devem convencer pelos ideais. Só que a direita perdeu a ideologia. A crise teve por base o neoliberalismo e o capitalismo selvagem que hoje ninguém defende. A direita tinha esta ideologia; ficou sem ela. Mas acho muito mal. Mas acho muito mal que, perdida a ideologia, sejam utilizados métodos não só eticamente censuráveis, como humanamente injustos. São actos só justificáveis por uma ignorância extrema do mal que fazem a eles próprios, aos outros e à sociedade em geral. Antes de mais nada, a eles próprios. Com tais atitudes, quem o faz denuncia-se aos olhos dos outros. Mostra a sua verdadeira natureza e a raiz do seu sentimento. Basta alguma maturidade, alguma velhice, para perceber que os atingidos não gostam de ser manipulados. Ficam com a imagem daqueles que os manipularam como de pessoas sem escrúpulos, que hoje o fazem a eles e amanhã o fazem a outros. Einstein disse um dia: ”procura ser um Homem de valor, em vez de procurares ser um Homem de sucesso”. Aos olhos dos manipulados, os que os manipularam podem vir a ter sucesso, mas é à custa dos valores. E isso denuncia-os aos olhos dos outros.

Por fim, a questão humana. Se quiserem, espiritual. Não é preciso trazer para aqui valores de fé ou de religião para vos dizer que está provadíssimo, cientificamente, que os sentimentos que projectamos, recebemos, nós e a sociedade. É por isso que se diz que “os líderes não são os que vão à frente, mas os que iluminam o caminho”. Ensina-nos o Curso de Alta Direcção da Administração Pública, o CADAP, que alguns devem conhecer; ensina-nos o Curso de Altos Estudos Militares, a teoria do boomerang. Para quem tenha dúvidas ou para os mais novos, por exemplo, posso aconselhá-los a consultar, na *net*, os dois módulos de *networking* ou *coaching*, onde se demonstra cientificamente que, quando preciso utilizar a violência, a manipulação, o suborno, a ameaça, estou a violar a consciência de terceiros, estou

a obrigar o ser humano a seguir um caminho que não era o dele. No fundo, no fundo, estou a impedir o caminho das mais íntimas determinações de cada um. Estou a ir contra a natureza. E natureza tem sempre razão e acaba por vingar-se. Quem quiser acreditar, acredite. Isto não é fé. É ciência. É a célebre conclusão de Montaigne: “no mundo não há sorte ou azar, nem recompensas nem castigos; o que há são consequências”. Sim, as consequências destes actos são: diminuição progressiva da consciência ética de todo um povo cujas consequências cairão sobre todos e, eventualmente, sobre aqueles que têm estes comportamentos.

Não foi para isto que se fez o vinte e cinco de Abril. Eu acredito que a manifestação do espírito humano seguirá o seu caminho em direcção à perfeição. Estes senhores estão na direcção contrária. Eu acredito em tudo o que acabei de vos dizer, pela experiência da minha própria vida. Os meus amigos façam o favor de fazer a escolha.

Por mim, viva a liberdade, viva o vinte e cinco de Abril!”

Seguidamente, interveio o Sr. Eng^o Carlos Inácio:

“Tenho lido – e acho que bem porque os nossos jornalistas que escrevem nos jornais, escrevem bem – algumas queixas do Sr. Presidente da Câmara a dizer que o Governo não lhe liga, que o Governo anda “virado às avessas” com o Sr. Presidente, “este Ministro”, “aquele Ministro”, “este Secretário”, “o outro Secretário”.

Sr. Presidente: é um discurso velho e antiquado. Já o ouvimos muitas vezes. Como nós sabemos todos, não é o Governo que anda “de candeias às avessas” com o Sr. Presidente. É, naturalmente, o Sr. Presidente que “anda de candeias às avessas” com o Governo. Não é de agora; foi com o Governo do seu partido; é com o seu partido; é com uma série de pessoas que estavam consigo ou ainda estão consigo. Por isso, Sr. Presidente, deixe-se de lamechas, deixe-se de murmúrios, ponha mas é “os pés a caminho”, fale com o Governo, traga coisas para o concelho e mexa-se. Mexa-se e remexa-se, também.

Não percebo também... Sr. Presidente, há dias, um amigo meu, que também é seu amigo, o Sr. Presidente da Câmara de Penacova – penso que alguns conhecem –, o meu caro amigo Maurício, deu uma entrevista na televisão. Por acaso até a uma televisão que não diz muito bem daquilo que a gente até pode considerar bem, mas é vista por muitos portugueses e tem grande audiência neste País. E eu tive o gosto de ver o meu amigo Maurício a falar na televisão. E dizia simplesmente o seguinte: “mal sai uma possibilidade do Governo para fazer um protocolo, para trazer uma coisa para o meu concelho, para desenvolver o meu concelho, eu estou lá”. Sr. Presidente, eu não o vejo em nada disto. Pergunte ao seu amigo, que também é meu amigo – o caro Eng^o Maurício – como é que estas coisas se fazem e, provavelmente, o concelho de Oliveira do Hospital terá muito mais do que tem e desenvolver-se-á.

Falamos nas parcerias e falamos nestas coisas todas. Sr. Presidente: o meu caro amigo Maurício – e de certeza que ele não me leva a mal por dizer isto – dizia: “o Governo ajuda e eu estou lá”. Eu vi-o na televisão a dizer isto.

Eu queria dizer uma coisa, Sr. Presidente: a César o que é de César e a Deus o que é de Deus. Há um ditado assim, acho eu, uma frase. É que o Sr. só diz assim: isto foi a Câmara, é a Câmara que faz, a Câmara isto, a Câmara aquilo. E, quando o Governo ajuda, não existe Governo nenhum e só existe Câmara.

Sr. Presidente: mude um bocado a sua maneira de ser e de estar neste concelho e poderá ser que tenha mais futuro. Naturalmente que não vai ter e a gente sabe. E por isso é

que o Sr. anda nervoso. E não anda só o Sr.; andam muitos mais. Mas isso é uma questão que deixamos para mais tarde.

Outra questão que eu lhe queria dizer, Sr. Presidente: eu tive a oportunidade de estar, há dias, num colóquio, e falava-se numa situação que eram os emigrantes, com “e”, e os imigrantes, com “i”. Os emigrantes são aqueles que vão para o estrangeiro. Naturalmente, continuam a ir. Portugal é um país do Mundo. Há quinze milhões de emigrantes portugueses no Mundo, para quem não sabe. E há quase trinta e cinco milhões de portugueses em todo o Mundo. Muito mais até do que em Portugal. São dados estatísticos. Agora, outra questão: há imigrantes, com “i”, e o que é que isto quer dizer? É que não conseguem trabalho em Oliveira do Hospital, não conseguem viver no concelho e vão para os concelhos limítrofes, que estão em desenvolvimento. Vão para Seia, vão para Tábua, etc. Sr. Presidente: desenvolva este concelho e consiga que deixe de haver imigrantes e que só haja emigrantes. E esperemos que estes também não sejam assim tantos como isso.

Gostava de dar outra nota de uma outra situação: o IC 6, como vocês todos sabem pois penso que também vão para os lados da Catraia dos Poços, quando vêm para cá, já vêm qualquer coisa ali na estrada. Está-se a aproximar a passos largos a Oliveira do Hospital. Ainda bem. E vai entrar no concelho de Oliveira do Hospital, para bem de nós todos. Para ficarmos mais próximos daquilo que o meu amigo dizia há bocado, de ideias novas, da civilização, disso tudo. E do novo pensar. Porque estamos aqui um bocado fechados e é difícil chegar mais longe. Mas está próximo. Esperamos todos que ainda neste mandato consigamos lançar o concurso – tenho a certeza que o vai ser – para que o IC 6 chegue a Oliveira do Hospital, finalmente.

Hoje – alguns amigos meus já falaram nisso – é o dia mais escuro e mais antigo da vida mais recente de nós todos e muitos sabemos disso: é o vinte e quatro de Abril. Por coincidência, esta reunião calhou neste dia. Coincidência pura. É o dia mais antigo do obscurantismo. Mas, amanhã, nasce uma nova esperança. Estamos no vinte e cinco de Abril. Espero que nasça também essa nova esperança neste concelho e para o futuro deste concelho.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Luís Martins Almeida que fez a seguinte intervenção:

“Trago aqui uma moção sobre o QREN e o PRODER que, se fôr aprovada, é para ser enviada ao Presidente da República, ao Primeiro-Ministro, ao Presidente da Assembleia da República e aos Grupos Parlamentares.

MOÇÃO:

Em alturas de crise intensificam-se ainda mais as dificuldades sentidas pelas autarquias, pelos trabalhadores, agricultores, comerciantes, pequenas e médios industriais, enfim, pelo Povo em geral.

No contexto, a aprovação, pelo Governo, das candidaturas apresentadas ao QREN e ao PRODER, e o desbloqueamento das verbas públicas correspondentes, poderiam contribuir para injectar dinheiro na economia e agilizar o investimento privado e autárquico, assim se minimizando a recessão crítica que estamos a viver.

Porém, os grandes atrasos e outras limitações – da directa responsabilidade do Governo – na definição e aplicação desses programas institucionais, têm dificultado, ao máximo, a evolução positiva da situação.

Só como exemplos do problema, poderemos aqui citar os casos do projecto municipal da Requalificação do Largo Ribeiro do Amaral, da Biblioteca Municipal e do Centro de Interpretação das Ruínas da Bobadela, a que se junta, no plano do PRODER, a não abertura das candidaturas ou a não aprovação das poucas que já abriram, a electrificação, os caminhos rurais, os projectos de defesa e protecção da floresta contra incêndios, os projectos de jovens agricultores, os projectos no âmbito do ex-LEADER+, agora incluído no mesmo PRODER.

Estes dois anos e meio praticamente perdidos vão provocar o desperdício de muitos e muitos milhões de euros à partida disponíveis nos orçamentos da União Europeia para o nosso País, para a nossa região, para o nosso Município e para as nossas Freguesias. Milhões de euros que tanta falta nos fazem!

A Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital exprime o seu protesto formal face à situação criada pelos referidos atrasos e outras limitações na definição e aplicação do QREN e do PRODER, e reclama ao Governo a aceleração favorável dos processos no respeito pelos direitos e interesses das Autarquias e das Populações envolvidas, nomeadamente no Município de Oliveira do Hospital.”

Seguidamente, o Sr. Luís Almeida prosseguiu:

“Eu tinha um texto escrito mas hoje fui “apanhado”, infelizmente, pelo pedido de insolvência da têxtil HBC. O texto já não faz muito sentido mas chamava a atenção para o facto do nosso tecido empresarial, nomeadamente nos têxteis, estar cada vez mais fragilizado. E hoje é uma prova disso. Era uma apelação às nossas empresas têxteis, aos perigos dos pedidos de insolvência o que, infelizmente, já foi efectuado nesta empresa têxtil.

Também fui informado que, em Galizes, ruiu parte do tecto de uma escola primária. Nós, CDU, queríamos saber como é que aconteceu e porque é que aconteceu. Porque não se trata de uma moda. Ouvimos nas televisões e parece que as escolas estão todas a ruir. Nós queríamos saber porque é que aconteceu este incidente.”

Em seguida, a Mesa colocou à votação a moção apresentada pelo Sr. Luís Martins Almeida sobre o QREN e o PRODER, tendo sido aprovada por maioria, com sete votos contra e sete abstenções.

Interveio, depois, o Sr. João Abreu:

“Como alguém já disse, espero que esta Assembleia seja a alvorada do dia redentor do vinte e cinco de Abril. Porque, de facto, nós aprendemos muito, aqui nesta Assembleia. Eu, pelo menos, aprendo: lições de filosofia, história, economia. E até lições de moral. Há de tudo, aqui, nesta Assembleia. Por isso é que ela é rica: pela sua diversidade e também pela eloquência de alguns oradores. E estou a falar com inteira sinceridade.

Então, iria focar aqui duas ou três questões. Uma delas, o Jano já aflorou, que é a questão do Posto Médico, que nós chamamos eufemisticamente de Posto Médico e que, nos cânones da ARS consta como Posto Avançado de Apoio Médico a Idosos. E que, tal como o de Vila Franca, há uns meses largos que não funciona, com vários pretextos. Primeiro, porque os médicos estavam de férias. Depois, porque não havia médicos. Depois, porque estavam à espera da reestruturação do Centro de Saúde. Depois ainda porque a Sra. Directora se

considerava sem competência para tomar uma decisão. O que é um facto é que já vão meses em que mais de quatrocentos utentes estão sem médicos. Isto tem reflexos graves na qualidade de vida destas pessoas, que, como todos nós sabemos, na maioria dos casos são dependentes, fragilizadas, com falta de mobilidade – não têm transporte próprios, estão dependentes dos outros –, muitos são doentes crónicos que, por isso, têm necessidade de receituário atempado. E, de facto, a não existência de médico tem impossibilitado, pelo menos, a prescrição de medicamentos, o que leva a que os funcionários da Associação de Desenvolvimento vão para Lagares durante manhãs inteiras ou venham para aqui para o Centro de Saúde, para obterem as receitas necessárias para estes doentes. Fizemos um abaixo-assinado e, numa semana, recolhemos duzentas e setenta e uma assinaturas. Já foi enviado à Sra. Ministra da Saúde, ao Sr. Presidente da A.R.S. e também ao Sr. Presidente da Câmara.

Vamos aguardar que haja alguma diligência porque, aqui, alguém está a faltar a um compromisso. Não me lembro bem da data, mas fizemos uma reunião com o Sr. Coordenador da Sub-Região de Saúde de Coimbra, em que ele prometeu – e ficou escrito em acta – que nunca encerraria um posto médico sem que fosse considerada uma alternativa que respondesse melhor – foi dito – aos utentes. Falou-se, nomeadamente, na implementação do apoio médico domiciliário. Ora, nada disso foi concretizado e, hoje, o que sabemos é que estamos com o posto médico encerrado. Portanto, vamos dar algum tempo a estas entidades e, se o problema não fôr resolvido, é evidente que – chamem o que quiserem – a população idosa de Meruge não vai ficar sem que alguém tome as medidas necessárias para que eles tenham aquilo a que têm direito e que é a assistência médica de proximidade.

Uma outra nota para me congratular com o reinício dos trabalhos da estrada Meruge / Lagares, que estavam interrompidos por razões que já foram aqui explicadas: há divergências entre as firmas adjudicatárias. Mas queria deixar aqui também uma nota: de que é necessário concluir correctamente valetas que ficaram a meio, que é necessário colocar – pelo menos em dois sítios – railes de protecção, bem como colocar correctamente as placas de indicação turística, que andam “aos trambolhões” pelo meio das matas, de forma indevida.

De qualquer maneira, creio que a população de Meruge, de Lagares da Beira e todos os que utilizam aquela estrada vão ficar bem servidos pois é um equipamento que fazia falta há muito tempo para a melhoria da nossa qualidade de vida.

Ainda uma nota para as questões ambientais: é um problema que vamos ter que discutir aqui, um dia destes, de forma muito séria e com olhos em soluções que possam dar resposta a problemas gerais, da população. E, para isso temos necessidade e urgência na implementação das ETAR's, sobretudo nas freguesias como a minha que ainda as não têm. Mas também há necessidade de encontrarmos soluções para os resíduos industriais, nomeadamente para os resíduos lácteos. É um problema gravíssimo que temos no nosso concelho porque, por um lado, aquela indústria tem necessidade de produzir o queijo – neste caso concreto – mas, depois, ou porque não têm dimensão para ter ETAR's com suficiente capacidade e tecnologia para laborarem os resíduos que libertam, ou, nalguns casos, por negligência e porque foi sempre assim, não os tratam. E isto resulta em prejuízo deles, por um lado, porque são multados pelos serviços de fiscalização ambiental e porque as populações ficam contra eles porque criam mau ambiente mas também porque criam graves prejuízos à população e ao solo, porque são produtos altamente poluentes. É evidente que, no caso

concreto da freguesia de Meruge, bem como de Lajeosa, Travanca e outras, recebemos uma parte substancial dos resíduos industriais de produtos lácteos do concelho de Seia. Isto aconselharia a que, de facto houvesse uma solução conjunta com este concelho. Creio que, tanto quanto me informei, há alguma disponibilidade de fundos estruturais para estas medidas e creio que era de todo importante que encontrássemos uma solução colectiva para as várias indústrias de lacticínios existentes no concelho.

Queria também lembrar aqui – porque é ano de eleições e não podemos fingir que isto não tem importância – a necessidade que há da Câmara transferir as verbas de capital para as Juntas de Freguesia. Nós sabemos que a Câmara não é obrigada a fazê-lo. A Câmara não tem essa incumbência. É ao Governo que cabe, através da lei do financiamento das autarquias, dotar as freguesias de meios financeiros próprios. Tem-se recusado a fazê-lo. Continuamos a ser o parente pobre do Portugal democrático e é óbvio que esta situação empobrece a democracia. Quantas vezes ouvimos aqui vários intervenientes, nomeadamente da bancada do Partido Socialista mas não só, dizer que, de facto, os Presidentes das Juntas vão “com o chapéu na mão” à Câmara, etc. É óbvio que isso só acontece porque não há meios próprios. Nós não podemos fazer uma candidatura sem incluir na mesma o apoio da Câmara, porque quatro mil contos por ano não dão para nada. As candidaturas eram rejeitadas se colocássemos lá a totalidade das verbas que a Junta recebe. Não é possível. Temos que pôr que a Câmara também irá apoiar. Assim, se houvesse uma lei de financiamento, uma lei das finanças locais, clara, precisa, que dotasse as freguesias de verbas próprias, nós não tínhamos necessidade de andar de “chapéu na mão”, como se diz em gíria. E isto reforçaria a democracia porque daria mais autonomia às Juntas de Freguesia. Mas eu creio que a Câmara não irá fazer como o Governo e irá, em tempo útil, transferir para as freguesias o dinheiro que nos faz falta porque – já disse e repito sem nenhum reboço – é ano de eleições e precisamos de fazer algumas obras. Precisamos de mostrar aos eleitores – pelo menos os que se vão recandidatar – que, pelo menos, calçatámos uns metros de rua. Isto é importante. E é importante na medida em que não temos as outras verbas. E eu creio que a Câmara compreende isto. Porque – imaginemos – que a Câmara decidia não pagar os subsídios às colectividades, nomeadamente às colectividades de desporto. Imaginemos o que é que seria a vida associativa no concelho. Parava tudo: as bandas, os ranchos, os futebóis, os basquetes, tudo. As juntas de freguesia têm um papel social importantíssimo nos sítios onde estão. E têm que ter verbas para poder dar cumprimento a essa função política e social.

Por último, queria propor uma moção que tem a ver com a Taxa de Recursos Hídricos:

“São obrigações constitucionais do nosso Estado, assumir responsabilidades na gestão da água, na garantia da sua qualidade, no regular abastecimento público e em outras utilizações cruciais para a própria soberania nacional. Em suma, compete ao Estado assegurar a sustentabilidade dos recursos hídricos, a qualidade da água e o direito à água das populações.

Porém, o Governo português transpôs para o direito nacional uma disposição comunitária que torna obrigatória a cobrança de uma Taxa de Recursos Hídricos que vem punir a indústria, os sectores produtivos, a agricultura, a piscicultura e aquicultura, numa lógica mercantilista e de lucro, a que o próprio Ministro do Ambiente chama de “grande mercado da água”.

A actual situação, fruto desta crise estrutural do sistema capitalista mundial, requer medidas políticas de orientação social justas, para salvaguarda dos direitos das camadas mais desfavorecidas da população.

A aplicação de mais um imposto, ainda que mascarado sob a capa de “taxa de recursos hídricos”, cobrado aos utentes da água, da electricidade e de qualquer mercadoria, cujo processo produtivo tenha envolvido a utilização de recursos hídricos, vem prejudicar a necessidade de estímulos positivos ao desenvolvimento económico, sobrecarrega as populações e limita cada vez mais o potencial económico do país.

Acresce que em inúmeras situações, o Estado cobra taxas de recursos hídricos de montantes absurdamente elevados, situação que não se verifica em nenhum outro país da união, pelo simples facto desta taxa estar suspensa em todos eles.

Assim, a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, indo ao encontro da posição assumida pela ANMP sobre esta matéria, aprova a seguinte proposta:

1 – Que o Governo, suspenda de imediato a cobrança da Taxa de Recursos Hídricos a todas as entidades utilizadoras da água, independentemente do fim a que se destina;

2 – Que emita orientações ao INAG no sentido da não cobrança de dívida acumulada por efeitos da aplicação da Taxa de Recursos Hídricos.”

Seguidamente, o Sr. Eng^o Carlos Inácio pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Independentemente da moção, perguntava uma coisa ao meu amigo João: como é que se financia uma série de situações, de projectos, de obras sociais, etc.? Chamem-lhe impostos, chamem-lhe taxas. Como é que se resolvem estas situações? Eu não estou a dizer que a moção está correcta ou não. Estás a dizer que não se aplica em nenhum país da Comunidade. Provavelmente, sim. Não ponho em dúvida o que estás a dizer. Nem pensar que ias dizer aqui uma coisa que viéssemos a descobrir que não fosse verdade. De certeza que estás a falar verdade. Mas, a questão é assim: é muito fácil, no meu entender, falar de uma sociedade que temos tudo, que conseguimos tudo e que é tudo fácil. A Câmara dá, neste caso, tem tudo à disposição da população; o Governo também dá, independentemente de seja ele qual fôr. Mas, com que é que se consegue isso? Se a taxa é justa ou injusta, não sei. Provavelmente, das pessoas aqui presentes, o Sr. Presidente será o que poderá explicar isto melhor. Não sei se nos poderá ajudar também nesta situação da Taxa de Recursos Hídricos. Eu não sei responder nem sim nem não. A questão que eu deixo no ar é esta: como é que se financia toda esta vida em que nós vivemos? É que tem de ser financiada de qualquer maneira. Esta é a questão que eu deixo.”

Interveio, depois, o Sr. João Abreu:

“Eu também não vou criar nenhuma polémica mas vou dar uma resposta que não é, de maneira nenhuma, demagógica. A gente pergunta-se: há um banco que entra em crise. Está na eminência da falência. O Governo encontra uma solução: encontra milhares de milhões de euros. E falo do BPP, falo do BPN e posso falar até de outras situações. Quando se trata do interesse das populações, quando se trata de permitir que as pessoas e as empresas, que também vão pagar esta taxa... E, aqui, eu dava-lhe também outra resposta, que é curiosa: no decreto-lei, o Governo estabeleceu, para a EDP, a isenção. Ora, à EDP, que é quem utiliza, provavelmente, oitenta por cento dos recursos hídricos, está isenta. Então, como é que é

possível isto? Entretanto, a EDP teve os milhões de euros de lucro que nós sabemos. Estava aí uma forma correctíssima do Governo se financiar e adquirir fundos para investir – como muito bem disse – nas obras sociais, nas infra-estruturas que são necessárias ao desenvolvimento do interior, no acabar com as assimetrias regionais, no combate à desertificação, que já hoje foi aqui falado. Estava aí uma forma muito correcta e isenta de resolver o problema. Mas não. Para os outros aplica-se a taxa, nomeadamente quem tiver um poço no quintal – como sabem – tem que passar a pagar. Nós, temos um fontenário público na povoação e vamos pagar taxa de recursos hídricos pelo consumo dessa água. Isto é absolutamente injusto, porque, de facto, a água é um bem público e é um bem público que não pode ser uma mercadoria para dar lucro a alguns, nomeadamente quando o critério do imposto não é uniforme. Isentam-se os que gastam muito e penalizam-se e taxam-se os que precisam da água como “do pão para a boca”, como se costuma dizer.”

Seguidamente, a Mesa colocou a proposta de moção à votação, tendo sido aprovada por maioria, com quatro votos contra e três abstenções.

Terminadas as questões, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, que fez a seguinte intervenção:

“Eu começava precisamente sobre esta última questão da taxa de recursos hídricos. Não existe só uma taxa de recursos hídricos; também existe uma taxa de resíduos sólidos. É bom que se diga aqui, em abono da verdade. Também está a ser mensalmente aplicada na facturação dos resíduos, por parte do Planalto Beirão. E, depois, há aqui uma interessante leitura, que é esta dicotomia do Partido Socialista que, quando são taxas ou impostos ao nível da Câmara, há que baixar; se são para favorecer o Governo, sim, tem que haver senão não se pode fazer obra social nem se pode fazer nada. Mas, se fôr para a Câmara... E eu estou a recordar-me, aquando da análise e da aprovação do Orçamento e do Plano, que tanto foi “badalada” a questão dos cinco por cento do I.R.S.. Isto porque entendiam que a Câmara devia abdicar desse imposto pensando que se beneficiaria, à partida, determinado número de pessoas, nomeadamente quem paga I.R.S., que não são aqueles que mais precisam; são aqueles que podem pagar. E nós sabemos isso.

Esta taxa é, efectivamente, da maior injustiça que há. E é uma taxa que foi criada – acrescentaria eu – para colocar uns “bons rapazes” e umas “boas raparigas”, que são técnicos superiores, num determinado organismo que funciona a nível regional. Diga-se isto de forma clara e inequívoca. Portanto, não estejamos aqui com a linguagem bem comedida. Devemos ser directos. Devemos dizer aquilo que pensamos e aquilo que eu penso é isso.

E, à Câmara de Oliveira do Hospital, dos últimos cinco meses do ano passado – se não estou em erro – mandaram uma factura para pagar de cento e quinze mil euros. Isto significa que, à partida, a Câmara de Oliveira do Hospital pagaria por ano – desta taxa de recursos hídricos – qualquer coisa como duzentos e trinta mil euros. Ora, duzentos e trinta mil euros significa que nós teríamos – porque a lei assim o diz – que afectar directamente essa taxa ao consumo da água. Ou seja, para além dos problemas que já temos a montante com os tarifários, ao nível das Águas do Zêzere e Côa, ainda teríamos que acrescentar mais esta “bendita” taxa, em prol “dos rapazes e das raparigas” que lá estão na Direcção-Regional. Para poder manter todo esse sistema.

Engraçado – e é bom que aqui se diga também e na próxima segunda-feira vou ter uma reunião precisamente por causa disso – é que o mesmo Ministro que, curiosamente está muito preocupado com o problema social das pessoas que vivem nos concelhos do interior, fez sair um despacho que permite às Águas do Zêzere e Côa que facture pelos mínimos que foram referidos em fase de estudo às autarquias. Aquelas que não consumirem água até ao montante dos mínimos, são facturados os mínimos, ou seja, que seja facturada também às autarquias água não consumida. E é este o bom exemplo que nós temos em termos de gestão da “coisa pública” e que – estou eu a pensar – nos deixa a todos imensamente “tranquilos”.

Eu cá, pela minha parte, continuarei irreverente e continuarei a responder e a dizer aquilo que penso sobre as coisas, independentemente daquilo que alguns – quer no Executivo, quer nesta Assembleia – possam dizer e pensar.

Fiquei também a saber que, pelos vistos, o Partido Socialista tem algumas dificuldades no relacionamento com as populações. Da leitura daquela intervenção do Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves, fiquei a saber isso.

E, depois, aquela mistura ambígua que vai sendo feita pelo Partido Socialista a dizer que obras pequenas não. Vieram cá falar novamente na questão dos bip's, das ruas, dos pequenos caminhos, de determinado tipo de obras que servem as populações... Se isso não se deve fazer, é bom que o digam às populações, agora. Quando andam aí na formação das ditas listas, digam isso às populações, digam que não querem caminhos, não querem bip's, não querem calçadas, não querem água, não querem dar subsídios às instituições para que elas funcionem. Digam isso claramente. Tenham essa coragem. Sejam verdadeiros. Ontem, o General Ramalho Eanes, dizia isso: que é preciso falar verdade. E o Partido Socialista não fala verdade. Tem uma linguagem aqui dentro, conforme a sua conveniência eleitoral e partidária, e tem outra linguagem lá fora, na rua, para com as pessoas. É preciso que sejam verdadeiros. Da parte que me toca, a mim ninguém me dá lições de moral sobre liberdade ou qualquer outra coisa em termos de democracia.

E, realmente, também existem alguns imigrantes, com “i”. Aliás, o Sr. Engº Carlos Inácio também é responsável pela criação de alguns imigrantes, com “i”, com os empregos que vai arranjando para alguns. Ele também é o patrocinador directo dos ditos imigrantes. Toda a gente sabe disso. Mas, o mais engraçado é falar-se de uma geração de imigrantes, nomeadamente quando o País atravessa a crise que atravessa, e aparecem os grandes pensadores sociais e do trabalho a dizer que, hoje, os jovens – e não só – têm que estar preparados para a mobilidade. Numa altura em que o País atravessa a mais grave crise económica dos últimos tempos, vem o meu amigo falar da fixação, como se isso fosse... Olhe, porque é que não fixam os da Quimonda? Porque é que o Governo não consegue resolver essas questões que são extremamente importantes? Porque é que o Governo, que até criou agora aí uma comissão de acompanhamento... Três Governos Cívicos criaram uma comissão de acompanhamento das empresas. Porque é que não conseguiram evitar o encerramento, se o Sr. Governador Civil andou a dialogar durante tanto tempo com os responsáveis da empresa e foram feitas propostas? Porque é que não conseguiu evitar o encerramento da unidade em relação à qual hoje foi comunicada a insolvência? E aí, sim, estaríamos a trabalhar num bom plano, tendo em atenção as questões de ordem social, etc. Nada. Não foi resolvido. Ou seja, a existência de comissões, pelo facto de existirem para

dizerem que existem, para nada fazerem e para terem mais “uns rapazes e umas raparigas” a receber um salário, não interessa. Nós estamos cansados de comissões, de grupos de trabalho, em que alguns são pagos com salários milionários. E aquilo que resulta no final é zero. A população continua a ter e a viver os mesmos problemas, a não conseguir que se resolvam as coisas. E isso é o que tem acontecido nos últimos tempos. E, por isso, se anunciam e reanunciam medidas: uma vez, duas vezes, três vezes, até que o povo fique convencido que, efectivamente, as medidas estão a ser aplicadas. Depois, na prática, quando se faz o trabalho, o balanço da aplicação dessas medidas, chega-se à triste conclusão que umas não foram aplicadas e que outras não surtiram qualquer efeito.

E, no que diz respeito ao apoio às pequenas e médias empresas, é o caso mais flagrante. Porque, quando nós pomos, como condição de acesso ao crédito, terem as suas contas saldadas com a Segurança Social e com o Fisco, estamos a dizer que todas aquelas que têm problemas são para ir para a falência. E, naturalmente, Oliveira do Hospital faz parte do País e não foge à regra. E é bom que isto seja dito sem tibiezas e sem qualquer rodeio.

E, agora, vou-lhe responder à questão do IC: o meu amigo até quase que jurou “a pés juntos”, em dois mil e seis, quando foi do debate do Orçamento e do Plano de dois mil e sete, que o IC6 era uma realidade. Meu caro amigo, estamos em dois mil e nove e vemos agora alguma movimentação. Não se sabe bem porquê, ou talvez se saiba porquê. Lá entra aqui a questão dos porquês: o porquê disto e o porquê daquilo. Mas eu gostaria que o mesmo Governo dissesse, de forma clara e inequívoca aos habitantes de Oliveira do Hospital, que o Centro de Saúde vai continuar a ser uma realidade com o funcionamento vinte e quatro sobre vinte e quatro horas, que a ESTGOH será uma realidade num futuro muito próximo, que o Tribunal se vai manter em Oliveira do Hospital a funcionar como até aqui tem funcionado e que uma série de questões – algumas que aqui foram levantadas – têm afastada a hipótese de virem a desaparecer. Porque, Sr. Eng.º Inácio, essas são grandes questões. E são questões com as quais o Senhor se devia preocupar e que devia, sim, “a pés juntos” defender acerrimamente para o concelho de Oliveira do Hospital. Porque essas questões trazem outras que lhe estão subjacentes, que estão interligadas. Como é que o Senhor quer criar emprego aqui em Oliveira se tiver aqui – passo a expressão – uma minhoquite das oito da manhã às dez da noite a dar consultas? O Senhor concebe que as pessoas se instalem aqui e que, depois, queiram resolver qualquer coisa em termos jurídicos e que tenham que ir à Lousã? O Senhor concebe que haja uma Escola Superior de Tecnologia e Gestão, que foi criada por um Governo do Partido Socialista, que esteja como está, sem que haja, da parte do Governo, a mínima preocupação para resolver o problema? Eu não consigo conceber. E, por isso, lhe estou aqui a dizer isto de forma clara.

Depois, dizer-lhe mais uma coisa: no Relatório que a Câmara lhe enviou, veja quantas candidaturas o Município apresentou e que não foram aprovadas. Veja quantos milhões de euros é que estavam envolvidos nessas candidaturas.

E, quanto à questão do relacionamento, quero dizer-lhe que Oliveira do Hospital faz parte da CIMPIN, da ADXTUR, da ADESA e – infelizmente eu diria – das Águas do Zêzere e Côa, que é uma empresa que está com um passivo monumental e que não sei como se vai livrar desse passivo. Estamos em todos os planos que temos que estar. Mas eu entendo que as políticas... Eu já disse isto uma vez, Sr. Eng.º, e no Partido Socialista ficaram todos

“empertigados” e enervado, quando numa cerimónia pública eu disse “a política da necessidade acima da política da influência”. Repito: a política da necessidade acima da política da influência. Porque, se este princípio for aplicado por quem está a governar o País, nós estamos a contribuir para que, onde haja necessidades, se faça o que tem que se fazer e, onde estamos mais desenvolvidos, a contribuição seja menor. O que acontece neste País é o contrário: há investimento onde há eleitores e os outros recebem umas “migalhitas” de vez em quando.

E isto vem também a respeito da questão das transferências para as freguesias. Porque isto é assim: os Senhores Presidente das Juntas, que eu respeito muito, falam aqui em transferências. Quais transferências? Em numerário. E as transferências em género, ou seja, aquilo que é realizado nas freguesias pela Câmara Municipal? Isso não serve? Isso não vale? Para os Senhores Presidentes das Juntas as transferências são se receberem lá dinheiro para fazerem o que entenderem. E eu pergunto: então, e as transferências em género? Quanto é que custam? Quando ali o Senhor Presidente de Junta de Aldeia das Dez vem falar da sua freguesia e dizer que terá sido esquecido, então, um milhão duzentos e trinta mil euros de investimento numa estrada, se dividirmos isso pelo número de habitantes da freguesia, qual é o investimento *per capita*? E posso fazer-lhe outras contas. Eu era líder do Partido que estava na oposição na altura que estava aqui alguém que não fez quase nada nas freguesias e que andava sempre a falar no investimento *per capita*. Não era do meu Partido. Chegava cá à Câmara e “enchia a boca” com investimento *per capita*.

Já agora, só para lhe dar mais uma informação, por força de uma exigência do Tribunal de Contas – de mais uma comissão criada anti-corrupção – digo-lhe que, nos últimos três anos, a Câmara de Oliveira lançou concursos para obras no montante de mais de nove milhões de euros, sendo mais de seis milhões em concursos públicos e o restante em concursos limitados e ajustes directos. Isto demonstra um grande investimento. E podia estar aqui a ler-lhes dados de concelhos aqui ao lado relativamente a essa matéria. Por isso, como o dinheiro não é elástico, como eu não sou mágico e não o faço multiplicar, procuro aplicá-lo da melhor forma e ter em atenção aquilo que são critérios fundamentais.

Já agora, fica informado que está mais uma obra a concurso, irá ser lançada brevemente mais outra e a seguir mais outra. E isso só o podemos fazer – mas isso os meus amigos não falam – graças à situação financeira que o concelho de Oliveira tem. E disso os meus amigos não falam. Não lhes agrada. Não lhes interessa. Andaram sempre aqui “a bater no ceguinho” mas hoje têm que receber aquilo que atiraram para o ar. Portanto, nós hoje temos aqui a prova provada que o concelho de Oliveira do Hospital está bem e recomenda-se. E o relatório que vos foi apresentado diz claramente isso. Portanto, se alguém está nervoso, fique tranquilo. Eu não estou, estou tranquilo, muito tranquilo. E nunca se esqueçam de uma coisa: em democracia ganha-se e perde-se. É preciso saber ganhar e saber perder. Alguns, às vezes, não sabem perder e esse é que é o drama.”

Terminado o período de antes da Ordem do Dia, entrou-se no Ponto I da Ordem do Dia – Informação acerca da actividade e da situação financeira –, tendo o Sr. Presidente da Câmara Municipal dado conhecimento da realização das seguintes reuniões e participação em eventos:

Dia	Reunião/Evento
25.FEV	Assembleia-Geral do Turismo do Centro, em Aveiro
26.FEV	Reunião do Conselho Executivo da CIMPIN, na Lousã
03.MAR	Tertúlia “As necessidades básicas como forma de vida”, na CCAM
04.MAR	CLAS – Conselho Local de Acção Social
08.MAR	Centenário da Sociedade Recreativa Lealdade Sampaense
10.MAR	Reunião de Direcção da ADXTUR, no Fundão
12.MAR	Conselho-Geral Transitório do Agrupamento de Escolas Brás Garcia de Mascarenhas
14.MAR	Feira do Queijo, Enchidos e Mel
16.MAR	Reunião com União Progressiva de Chão Sobral
	Reunião com Associação Recreativa de Goulinho
18.MAR	Reunião com taxistas
	Conselho-Geral Transitório do Agrupamento de Escolas do Vale do Alva
20.MAR	Orador na actividade « Reciclar em 3D »
	Entrega de prémios da ADI
22.MAR	87º Aniversário dos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital
25.MAR	Participação em Palestra da EPTOLIVA
27.MAR	Reunião da CIMPIN, na Lousã
29.MAR	Inauguração do Polidesportivo de Santa Ovaia
30.MAR	Conselho Municipal da Juventude
02.ABR	Reunião da Comissão Municipal de Protecção Civil
03.ABR	Reunião com Comissão Política do CDS/PP de Oliveira do Hospital
08.ABR	Conselho Municipal da Juventude
17.ABR	Reunião na CCDR-C
21.ABR	Reunião Plenária da Comissão de Acompanhamento do PDM de Arganil

Terminadas as informações do Sr. Presidente da Câmara, entrou-se no Ponto II da Ordem do Dia – Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do nº 2 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, da proposta da Câmara Municipal para a primeira alteração ao Mapa de Pessoal ao serviço da Câmara Municipal para o ano de 2009 que, nos termos do nº 2 do artigo 4º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, acompanhou a proposta de Orçamento.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para prestar os seguintes esclarecimentos:

“Os serviços detectaram algumas incorrecções no mapa que foi apresentado aquando do Orçamento, ou seja, havia algumas categorias que eles entendiam que existiam mas que, entretanto, com a clarificação da lei, verificaram que não tinha correspondência na nova legislação. Portanto, mantêm-se inalteráveis. Essa é a situação mais significativa. E, depois, por força do artigo décimo quarto da mesma lei, quando há renovação de contratos que foram renovados por três mais três anos, significa que é considerada a necessidade de trabalhador e que é preciso proceder à abertura de concurso público. Como isso não tinha sido contemplado no Quadro de Pessoal que foi aqui apresentado aquando do Orçamento, houve necessidade de abrir, agora, três lugares, se não estou em erro. Os concursos têm, hoje, um conjunto de regras que a nova legislação estabelece, que têm que ser cumpridas e que nada indica que as pessoas que estão a exercer funções hoje com contrato de trabalho a termo certo venham a ocupar esses lugares. Portanto, algumas alterações são correcções e as outras decorrem da própria lei. Eu também já disse o seguinte ao Executivo: no próximo ano vão ter que acontecer uma série

de abertura de concursos para resolver problemas idênticos a este que agora está a ser referido.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves que fez a seguinte intervenção:

“Durante o tempo do Governo do PSD, fui eu que fui interrompido várias vezes porque me referia aqui ao Governo. Eu reparei que hoje, até agora, ainda não fizemos outra coisa para além de falar no Governo. Eu não tenho nada contra. Nós também podemos defender o Governo mas penso que não é para isso que cá estamos. O que eu não posso deixar de assinalar é este critério: enquanto o PSD esteve no Governo não podíamos falar aqui no Governo e, agora, já passamos aqui as sessões a falar no Governo.

Por outro lado, também não deixo de assinalar a preocupação do João Abreu – e já não é a primeira vez – em manifestar algum desconforto com as minhas intervenções. Eu chamo só a atenção para o seguinte: tenho direito de ter intervenções um bocado diferentes de qualquer um de nós porque cada um... Mas, há uma coisa que me preocupa neste momento e que talvez valha a pena os comunistas começarem a pensar: é que, na Itália, a extrema-direita começa a progredir e em Verona já está no poder. Na República Checa está a extrema-direita no poder. Depois, eu quero ver se vai ser a direita portuguesa a auxiliar os comunistas.

Por fim, pedia que me esclarecessem o seguinte: da soma que eu vejo aqui, dos lugares a preencher, aparecem aqui sessenta e nove, e, em soma no documento, aparecem cinquenta e sete. É uma dúvida que tenho e gostaria de ter uma explicação. Por outro lado, há aqui uma alínea que diz “contratos a tempo parcial”. Eu pergunto: porque é que não se desencadeiam os procedimentos concursais e tem que haver tantos contratos a tempo parcial? Eu não estou a criticar; estou só a perguntar o porquê. Não veja segunda intenção nas minhas palavras.”

Interveio, depois, o Sr. Eng^o Carlos Inácio:

“Era só uma questão: que nesta questão dos concursos haja a maior divulgação possível e o máximo de transparência.”

Seguidamente, o Senhor Presidente da Câmara Municipal prestou os seguintes esclarecimentos:

“Sobre a primeira questão que o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves colocou, acerca da diferença nos lugares a preencher, o último quadro está alterado em função das correcções que foram feitas. Por isso é que há diferença dos sessenta e nove para os cinquenta e sete. No entanto, admito que haja aqui algum erro de preenchimento da coluna, na parte final. O que aconteceu foi o seguinte: foram feitas correcções e depois foi apresentado um quadro novo, com todo o pessoal. Se houver erro, na próxima reunião da Assembleia darei os devidos esclarecimentos.

Sobre a questão dos contratos a tempo parcial, a razão é muito simples: é que, por força dos prolongamentos de horários, etc, nós temos necessidade de pessoal mas sem ser a tempo inteiro. Portanto, isto é uma questão de economia. Ou seja, se precisamos de um funcionário por apenas quatro horas não vamos contratar por sete horas. Daí os contratos que existem a tempo parcial. Todos eles têm a ver com isso, com situações de necessidade de pessoal sem ser a tempo inteiro. Portanto, a autarquia, por uma questão de economia, faz contratos pelo tempo estritamente necessário para dar cobertura às actividades.

Relativamente à questão que o Sr. Eng^o Carlos Inácio levantou – tanto quanto eu sei pelo que me foi dito porque ainda não estudei a nova legislação – está previsto que os júris dos concursos tenham um elemento que não seja da autarquia. Julgo que a ideia de quem legislou terá sido por uma questão de que não haja dúvidas em relação à transparência nos concursos. Mais do que isso não posso dizer-lhe porque quando são indicados os júris, eu parto do princípio que há toda a transparência nos concursos porque o Presidente da Câmara não faz parte dos mesmos, limitando-se a homologar os resultados. Além disso, é obrigatório publicitar os concursos na plataforma que o Governo criou para o efeito, no portal do Município, num jornal nacional, etc.. Julgo, assim, que essa situação está devidamente acautelada. Mais ainda: o primeiro acto que temos que fazer é saber se existem disponíveis. E, se houver disponíveis, nem sequer há concurso, são só indicados e tomam posse.”

Terminadas as intervenções sobre este Ponto da Ordem do Dia, a Mesa colocou à votação a proposta da primeira alteração ao Mapa de Pessoal ao serviço da Câmara Municipal para o ano de 2009, com a ressalva de ser feita a rectificação referida pelo Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves no caso de ser confirmada a incorrecção, tendo sido aprovada por maioria, com sete abstenções.

Seguidamente, entrou-se no Ponto III da Ordem do Dia – Apreciação, nos termos da alínea c) do n^o 2 do artigo 53^o da Lei n^o 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e da respectiva avaliação, bem como apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano 2008.

Foi dada a palavra ao Sr. Raúl Dinis Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Lagares da Beira, que fez a seguinte intervenção:

“A minha intervenção não é propriamente sobre este ponto. Eu, há pouco, aquando da proposta de moção do Luís Almeida, já não tive oportunidade de falar por já estarem encerradas as inscrições mas queria dizer que concordo com a celeridade do QREN mas não concordo com o teor da moção. Por isso votei contra.

Gostaria ainda de referir que já há alguns anos que estou nesta Assembleia Municipal e, realmente, tenho tido aqui momentos de felicidade. E hoje particularmente. E queria agradecer a alguns intervenientes por esses momentos de felicidade pois hoje senti-me uma pessoa muito importante aqui. Isto muito sinceramente. E senti-me uma pessoa muito importante porque cheguei a pensar que estava na Assembleia da República. Era só isto que eu queria dizer.”

Seguidamente, o Sr. Prof. João Dinis fez a seguinte intervenção:

“Independentemente da declaração da CDU – não a farei eu – eu creio que esta situação das contas e do relatório de actividades está prenhe da questão da Lei das Finanças Locais. De facto, é muito insatisfatória. Daí a necessidade dos contratos-programa, de recorrer a candidaturas para tudo e para nada. E, quando se vai a um contrato-programa ou uma candidatura, pode ou não ser aprovado, isto é, há quem fique na dependência da decisão de outros. E, logo aí se vai uma parte significativa da autonomia e da independência de órgãos que, constitucionalmente, estão consagrados com autonomia e liberdade de programação e de execução dos seus planos de actividades. Portanto, uma questão básica continua a ser a Lei das Finanças Locais. Daí, depois, os organismos governamentais centrais ou intermédios a filtrar os contratos-programa e as candidaturas. E, como dizem os

espanhóis: “não acreditam em bruxas mas lá que as há, há”. Depois, os resultados são que, nuns lados aprovam-se os contratos-programa e as candidaturas e fazem-se obras e, noutros lados, não se fazem. De facto, precisamos de outra Lei das Finanças Locais, com mais verbas para as autarquias, para lhes assegurar uma maior autonomia. Quanto às freguesias, a actual Lei das Finanças Locais é absolutamente indigna e inadmissível. Mas ela não nasceu de acto espontâneo. Alguém a fez. E eu costumo ouvir aquilo que dizem os outros partidos. Aliás, procuro estar com atenção. E o PCP tem proposto várias vezes, na Assembleia da República, as alterações necessárias, do nosso ponto de vista, para a Lei das Finanças Locais, no sentido de haver mais verbas para as autarquias. Os partidos que têm estado nos governos votam contra, nomeadamente o Partido Socialista.

E, agora só para descontrair um bocado, quando o Dr. José Francisco Garcia referiu o Marquês de Pombal e as ruas de Lisboa em contraponto com o Mário Alves e as ruas de Oliveira do Hospital, as coisas não se comparam, por variadíssimos motivos: nem Lisboa a Oliveira, nem o Marquês ao Prof. Mário Alves, nem o Portugal do século XVIII ao Portugal do século XXI. Mas também sabemos que isso foi uma figura de estilo e que foi o terramoto que possibilitou a actuação do Marquês de Pombal e dos seus arquitectos. Ora, para se poder fazer uma intervenção, a alargar ruas e avenidas dentro da Cidade de Oliveira do Hospital à semelhança do que o Marquês de Pombal mandou fazer em Lisboa, era preciso, e passe a expressão, fazer primeiro um terramoto...”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves para fazer a seguinte intervenção:

“O povo diz: “ao rico não devas e ao pobre não prometas”. Eu penso que este documento de Prestação de Contas ainda consegue ser pior do que os dos anos anteriores. Do pouco que se promete nos planos de actividades, depois, cumpre-se à volta de cinquenta por cento do que se promete, o que quer dizer que, de facto, alguma coisa vai mal neste concelho. E, como estamos em fim de mandato, eu gostaria de, convosco – se me permitirem e se não incomodar muito os nossos camaradas do PC – perceber aqui o porquê desta situação. Falta saber porque é que a Prestação de Contas, ano a ano, consegue ser ainda pior do que as Grandes Opções do Plano. Isto é, nem aquilo que se disse que se ia fazer se acaba por fazer. Os resultados que temos tido nos últimos quatro, oito ou mesmo doze anos desta gestão autárquica, nós podemos perceber – e pelo menos é a minha opinião – que o que falta aqui é essencialmente um modelo de gestão, modelo de gestão que hoje é imprescindível e até obrigatório nos organismos públicos. Um modelo que utilize metodologias explícitas. Eu não sei se existe mas, como a lei obriga até que essas metodologias sejam explícitas, tenho o direito de aqui criticar porque não conheço essas metodologias que, eventualmente existirão.

Tenho tentado saber qual é o instrumento utilizado para governar este organismo. Nós, só em Março de dois mil e oito, é que tivemos uma primeira análise da envolvente, através do Plano de Desenvolvimento Municipal. Como sabem, não teve absolutamente nenhuma sequência e eu, tanto quanto posso, tenho pedido que o Plano de Desenvolvimento seja aprovado. Não tivemos nenhuma sequência. Mas também continuamos a não ter um instrumento de gestão que nos diga qual é a visão do concelho: saber onde é que estamos, o que somos, para onde podemos ir, qual é a missão dos dirigentes autárquicos. Ninguém sabe para onde vamos, quais os valores existentes para definir as prioridades. Quais os objectivos

e metas para tomar iniciativas, para podermos avaliar – então sim – se o caminho é o mais correcto. Eu diria que nada disto parece fazer parte do saber destes dirigentes.

Missão: qual é a fotografia do concelho? Quem somos? Como somos? Ninguém sabe qual é a principal vocação, o que é que fazemos de bem, o que é que somos. Em termos específicos, tivemos o têxtil que, como sabem, pertence ao passado. Temos o queijo da serra uma vez por ano. O turismo, que tanto se podia ter feito. Ninguém percebeu qual é a missão. Todos nós perdemos o nosso tempo aqui a discutir o desenvolvimento, a Escola Superior de Tecnologia, as áreas de localização empresarial, o PCP ataca o Governo e ficamos todos sem saber o que é que esta gestão autárquica queria ou quer para o concelho. Há algum modelo de gestão que englobe estas questões? Não sabemos como queremos ser vistos, a tal visão para o futuro. Para onde é que vamos? Ninguém sabe para onde vamos nem como queremos ser reconhecidos. Em tempos tínhamos um lema: “o concelho que mais cresce entre o mar e a serra”. Mas estivemos sempre a decrescer. Só se vier o crescimento com base no recenseamento, que “apanhou” os que não estavam recenseados. Mas nunca se fez nada por aquele crescimento. Nunca se defiram objectivos para sustentar tal crescimento. Pergunto eu: o que é a visão? É uma afirmação do que queremos a nível regional e autárquico? Parece que não queremos nada. Vamos andando... Identificamos o potencial? Não. Quais são os nossos pontos fortes e os nosso pontos fracos para aproveitar aquelas e evitar estas? Nada. Como vemos o futuro para tomar decisões? Quando e como é que se sabe se o futuro é construído por nós? Como é que se sabe para onde é que vamos? No fundo, acho eu que ninguém sabe.

Quanto a valores: nunca se definiram aqui prioridades. Quais são as prioridades deste concelho? Qualidade? Inovação? Credibilidade? Turismo? Comércio? Património? Por qual deles optar? Na minha opinião podia e devia ser optado por algum destes vectores estratégicos, rentabilizá-los e direccionarmos o concelho para o seu fortalecimento. Poderíamos agarrar cada um deles e falar sobre as oportunidades perdidas, nomeadamente o do turismo. Por exemplo: porque não foi instituído um centro de inovação tecnológico, em articulação com a Escola Superior de Tecnologia e Gestão? Este básico instrumento de gestão nunca apareceu, pelo menos aos olhos da opinião pública concelhia.

Agora, quanto a objectivos e metas para definir iniciativas: nunca se percebeu quais são os objectivos desta gestão autárquica. Não houve, sequer, o programa do mandato. Não existiram objectivos novos nas Grandes Opções do Plano. Lembram-se das iniciativas – não são objectivos, são iniciativas – como a Central de Camionagem, a Biblioteca, a “arrastarem-se” durante dez anos? Como imaginar, sequer, a hipótese de sabermos se estávamos a caminho de cumprir a missão, se não havia missão? Como avaliar o impacto da execução dos objectivos e cumprimento das metas no Plano de Actividades e Orçamento e neste documento de Prestação de Contas? Como avaliar e medir o eventual progresso? Eu diria que não é preciso. Tivemos uma gestão avulsa, com algumas obras executadas, essencialmente no quarto ano dos mandatos, para serem pagas, ainda por cima, no ano seguinte. E, em dois mil e oito, tivemos execução muito próxima dos cinquenta por cento.

Corro alguns riscos, já percebi, mas parece-me que, nesta matéria, sei do que falo. Também não posso esconder que é minha área de actuação. Eu, quando tenho um problema no meu carro, vou à oficina de automóveis. Cada um sabe do que fala e nem por isso é uma questão de vaidade. A meu ver, este concelho não tem futuro exactamente por falta deste

plano de actividades ou deste modelo de gestão, essencialmente por não ter um instrumento credível e não ter um Executivo com vontade de o implementar. E isto é dramático porque se gere a autarquia como a “Alice no País das Maravilhas”. Já agora, também uma anedota: a Alice estava perdida no bosque e perguntou ao lobo como sair dali. O lobo perguntou-lhe: “mas, para onde queres ir?”. “Quero sair daqui”, disse a Alice. O lobo respondeu: “se não sabes para onde queres ir, qualquer caminho te serve!”. Assim é aqui. Em Oliveira do Hospital qualquer caminho serve porque não se sabe para onde é que se vai. As medidas, as iniciativas que têm sido tomadas, ninguém aqui prova que são imprescindíveis ao desenvolvimento. Isto para dizer ao Sr. Presidente da Câmara – ou pelo menos para o desafiar – a afirmar aqui quem é que disse que os tais auxílios às tunas, às filarmónicas e os caminhos não são precisos. Já agora, como há bocadinho se enervou tanto – aliás, já disse aqui também, quando nos enervamos é porque há uma zona de desconforto nossa que não está bem –, eu desafio-o agora aqui agora a dizer que aquilo que disse que os outros disseram... Ou quem é que disse isso? O que eu digo é que falta o resto. Eu acho que ninguém aqui pode provar que as opções são as prioritárias, em função das necessidades do concelho, ou seja, ninguém pode provar isso. O Senhor não pode provar que essas são prioritárias. Agora, ninguém disse que não são precisas.

Para acabar: eu acho que o Plano de Desenvolvimento Municipal foi um bom instrumento de gestão. Não esquecer que, nesse documento, sugere-se, como imprescindível, a criação do Barómetro de Monitorização do Desenvolvimento Local. Porque é que não se fez isto? Porque é que não se criou este barómetro? Essencialmente iria mexer com alguma coisa. Nada do que não é medido é susceptível de ser melhorado. É preciso perceber isto. Devíamos aproveitar as tendências – que as há – e não só melhorar a cidade. Mas não se confunda, pois eu não estou a dizer que não é preciso melhorar a cidade.

Por fim, “navegação à vista” leva-nos inexoravelmente a “encalhar”. A Prestação de Contas é um exemplo da manifestação da “navegação à vista”. Por isso, eu não posso votar a favor deste Documento de Prestação de Contas.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. João Abreu, que fez a seguinte intervenção:

“Gostaria de dizer ao Dr. Rodrigues Gonçalves que, ao contrário do que ele possa pensar – eu já uma vez escrevi isso num jornal –, aprecio as suas intervenções, embora muitas vezes não concorde com o que diz. Aliás, o seu estilo florentino traz-me à memória, algumas vezes, a forma de intervir de tribunos célebres, sobretudo de coisas que eu tenho lido: António Cândido, Afonso Costa. E aprecio. Mas é evidente que também não posso deixar de notar que, efectivamente, o estilo é rebuscado, erudito, mas desligado da realidade. Aprecio a forma mas não aprecio o conteúdo.

E, quando à outra parte: vocês têm que mudar um bocado o discurso porque estão sempre a vitimizar-se. Sinceramente, eu gostava – e creio que os meus camaradas também partilham esta opinião comigo – de não ter que “dar porrada” no Partido Socialista. Se o Partido Socialista fizesse, de facto uma política de esquerda. Ou acha que esta questão que ainda há pouco discutimos – a da Taxa de Recursos Hídricos – é de somenos importância? Acha que devemos estar de acordo com uma medida, uma política do Governo – que não é o Governo que está em causa mas a política –, que lesa profundamente a população e o tecido industrial? Temos que combater. É a nossa obrigação. É o nosso dever. Temos que

denunciar. São prejudiciais para o País os atrasos na aplicação do QREN. É óbvio que temos que denunciar. E irei sempre fazê-lo.

Quanto à questão do apoio aos comunistas, eu agradeço a sua solidariedade e lembro-lhe apenas um facto histórico: quando as coisas “apertaram”, quando o fascismo proibiu os partidos políticos, o PS auto-dissolveu-se; o PCP passou à clandestinidade e passou à luta contra o regime fascista. E foi do Partido Comunista, que não se fechou à luta e que não teve medo da luta, que saíram alguns – se não todos – dos fundadores do Partido Socialista.

Relativamente à Conta de Gerência, do ponto de vista técnico, não nos merece qualquer tipo de contestação. No entanto, creio que devia ser motivo de reflexão o facto da taxa de execução andar nos cinquenta por cento. Creio que o Sr. Presidente deve dar aqui uma explicação às Assembleia acerca do que esteve na origem de, o que estava orçamentado ter ficado apenas por metade.

É evidente que, depois, também criamos esta contradição: o Governo quis controlar as contas públicas porque considerou que isso era fundamental para o desenvolvimento do País: a questão do *déficit* não subir acima dos três por cento. Mas, se o Município controla as suas contas, se tem uma boa situação financeira, isso já é errado e vira-se contra o desenvolvimento do concelho. Portanto, há aqui uma contradição insanável, que é necessário também que seja clarificada.

Mas a boa situação financeira do Município cria também novas responsabilidades em relação às freguesias. Por isso, eu continuo a pensar que, em próximos mandatos – uma vez que neste já não é possível – o relacionamento institucional entre a Câmara e as Freguesias se faça, preferencialmente, através de protocolos entre estas duas instituições do Portugal Democrático. E que isto seja trazido à Assembleia Municipal, que seja discutido entre todos e que não haja dúvidas sobre o tipo de apoios que se prestam às freguesias. Hoje assistimos também, em termos do Governo – e não podemos de deixar de chamar isto à coacção – ao rodopio pelo País de Ministros e Secretários de Estado, de “cheque no bolso”, a fazer contratos-programa com Câmaras do Partido Socialista. Veja-se o que se fez aqui em Seia, há pouco tempo: já há dinheiro para a variante, já há dinheiro para a estrada da Serra e outras. E noutros concelhos passa-se a mesma coisa. Portanto, eu creio que os protocolos entre a Câmara e as Juntas de Freguesia seriam uma boa forma de gestão. Ganharia o Município em si e ganhariam as freguesias.”

Depois, tomou a palavra o Sr. Eng^o Carlos Inácio:”

“Duas ou três questões. A primeira era realçar – já foi falado por vários oradores – na baixa execução orçamental e das Grandes Opções do Plano. Realmente, às vezes não sei se “é mais olhos que barriga”, se se põe mais do que aquilo que se consegue fazer mas, empresarialmente, é impossível ter uma situação destas. Quem trabalha em empresas – como alguns colegas nossos que estão aqui – sabe que não é possível ter uma empresa e ter uma gestão deste tipo. Ninguém aceitaria um gestor deste tipo numa empresa. Devia ser de outra maneira, mais realista. Não se pode coadunar com o que pretendemos para o Município.

A outra questão é: há bocado falámos das empresas, do futuro. Temos a questão do têxtil. Nós andamos a alertar há muito tempo para os problemas do têxtil, o que vai acontecer ao têxtil, a concorrência asiática, etc. O que é necessário também que aconteça neste concelho é que se diversifique e que se criem outras oportunidades. O Rodrigues Gonçalves

falou do turismo. Haverá outras, necessariamente. Mas temos que ir por esse caminho. Temos que ir por aí.

Queria também dizer que só concebo que esta execução orçamental e as Grandes Opções do Plano tenham esta diminuição – acrescente-se que, de dois mil e sete para dois mil e oito ainda é pior – devido ao cansaço deste Executivo Municipal. Não entendo isto de outra maneira. Vê-se que estão cansados. Não sei se o Sr. Presidente da Câmara está ou não cansado mas, às vezes, uma mudança de ares...

Outra questão dirigida também ao Sr. Presidente é assim: os grandes estadistas, os grandes líderes, fizeram uma coisa na vida: delegaram e confiaram noutros. Delegaram nas equipas e delegaram naqueles que sabem trabalhar e que são bons. Era bom que o Sr. Presidente também fizesse isso.

Há pouco falou-se aqui do “ataca-se muito”. Eu não quero entrar nessa discussão. Somos todos amigos, penso eu. Ou, pelo menos, espero que sejamos. Somos todos oliveirenses, gostamos deste concelho e queremos o futuro para aqui. Eu acho que o Raúl, há bocado, tinha razão: esta Assembleia está, realmente, a um nível muito elevado e muito forte. Porque nós somos aqui tão importantes que parece que estamos a debater questões a nível nacional. E é de louvar este espírito que temos nesta Assembleia.

Outra questão que se falou há bocado: a da transferência de verbas para as juntas de freguesia. E diz-se que “o Governo isto ou Governo aquilo”; que não se fez uma lei e tinha que se fazer. O João falou há bocado nos protocolos. Eu, como gestor, posso acordar coisas e fazer protocolos, independentemente de estar na lei ou não estar. O Sr. Presidente pode dizer que determinada freguesia recebeu dez mil euros mas que fez lá obras no valor de cinquenta mil. É verdade. Mas, se calhar, a freguesia ficava mais bem gerida se fossem eles a fazer um conjunto de obras porque eles é que conhecem a realidade local. E nós sabemos – e é verdade também – que os municípios dizem – e eu concordo com isso – que, quem conhece melhor a realidade local, é o Município. O Governo que descentralize. E concordamos todos com isso. Então, porque é que a Câmara não descentraliza para as freguesias, que conhecem muito melhor a realidade local? Naturalmente que o protocolo era muito mais transparente.

Outra questão: eu ainda não percebi bem esta taxa de recursos hídricos e queria perguntar ao Sr. Presidente, que há bocado disse que era para ter umas pessoas num gabinete encostadas... Se fôr para isso, estamos todos em desacordo. Provavelmente, será para outras coisas, não sei.

Em relação ao João Abreu e de amizade: nós sabemos coisas históricas – e eu sei que tu sabes e tu sabes que eu também sei –, que há uma coisa entre o PS e o PC de há anos e que um dia há-de acabar. Há coisas históricas que vêm do tempo do Cunhal, do Soares, etc. Mas não vale a pena trazer para a Assembleia coisas destas. E andar sempre aqui com picardias, com situações... E mais outra coisa, João: o Sr. Presidente da Câmara, penso eu, não precisa que estejas aqui a dar umas achegas nem precisa de uma muleta.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Carlos Rocha, que fez a seguinte intervenção:

“Eu queria começar só por fazer aqui algumas observações sobre o ponto treze das Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados. Isto é especialmente para o Sr. Presidente e para o seu Vice-Presidente:

Sobre este documento: no Anexo V – Mapa de Síntese dos Bens Imóveis – há uma referência “3010202”, que diz “Antigo Edifício do Quartel dos Bombeiros” e, depois, uma referência “3010204”, que fala da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital. A minha pergunta é esta: não se tratará do mesmo edifício?

Quanto ao Anexo VI: como se justifica que a Empresa Águas do Zêzere e Côa, nossa participada, apresente prejuízos em 2008 de 5.802.288,26€? Agradeço uma pequena explicação sobre isso.

Anexo X – Demonstração dos Resultados Financeiros – Proveitos e Ganhos: a que se refere a verba de 542.711,06 € – Rendimentos de Imóveis?

Anexo XI – Demonstração dos Resultados Extraordinários: a que se refere a verba de 344.167,02 € de Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários?

O valor das transferências de capital concedidas (1.137.210,92€) tem mesmo que ser contabilizado na rubrica Custos e Perdas Extraordinárias? Será que no POCAL não existe uma rubrica mais adequada?

Sobre o ponto 19 regista-se com agrado o facto de a transferência para a ARCIAL ter sido feita em 2008. É isto que faz a diferença neste Executivo: o que promete, cumpre em tempo útil.

Algumas notas sobre o Relatório de Gestão:

1 – Face à progressiva diminuição da actividade económica, não se compreende como e porque foram indeferidas quase todas as candidaturas apresentadas pela Câmara Municipal de Oliveira do Hospital. Do Mapa de folhas 12 conclui-se que, das seis candidaturas individuais apresentadas, somente uma mereceu aprovação. Não quero, nem devo, especular sobre os motivos... mas algo substancialmente diferente se passou com as candidaturas colectivas, cuja situação, sem ser boa, é a seguinte: duas candidaturas foram indeferidas, duas estão em apreciação e duas foram aprovadas. Com ou sem atrasos do QREN vamos esperar que a situação seja corrigida rapidamente em relação a Oliveira do Hospital.

2 – No entanto, se as situações de indeferimento das candidaturas e de atraso nos recebimentos dos fundos persistirem, não deve o Executivo deixar de concluir o seu programa. Se necessário e com a urgência de que impõe, deve propôr à Assembleia Municipal um novo empréstimo correspondente às necessidades e, naturalmente, dentro da capacidade de endividamento da Autarquia.

3 – Sobre a Demonstração dos Resultados por Natureza (página 22, Custos e Perdas/Proveitos e Ganhos), as rubricas Outros Custos e Perdas Operacionais (5.801,16 €), Custos e Perdas Extraordinárias (1.310.626,96 €), bem como a rubrica Proveitos e Ganhos Extraordinários (360.786,88 €) podiam e deviam merecer uma explicação no próprio Relatório de Gestão. Se é verdade que a sua explicação consta dos documentos de apoio, também é certo que poucos serão os Membros desta Assembleia Municipal que dispõem de tempo disponível para a sua consulta. Daí a importância do Relatório de Gestão.

4 – No que se refere ao valor de quota-parte dos empréstimos contraídos pela Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, devia ser classificado como uma responsabilidade extra-patrimonial. Embora não tenha de figurar no Balanço e o valor não ser elevado no que nos diz respeito (237.345,24 €), os recentes acontecimentos no Mundo

Financeiro tornaram indispensável que todos os tipos de obrigações, mesmo que potenciais, tenham a relevância contabilística adequada.

5 – Sem tirar validade ao argumento de que o montante das disponibilidades de caixa em 31/12/2008 permitia a liquidação da quase totalidade das dívidas a curto prazo, o valor de 402.011,48 € deve ser corrigido para 356.796,10 €, por ser este o valor do saldo referente à Execução Orçamental. Por outras palavras, não deve ser considerada a verba de 45.215,38 € referente ao Saldo de Operações de Tesouraria.

Para concluir, impõe-se um breve apontamento sobre a Execução do Plano Plurianual de Investimentos.

Desde logo para lamentar que este documento tenha uma forma pouco acessível para a maioria dos interessados. Desejavelmente devia ser um documento de fácil consulta, dado que ele traduz a execução de muitas dezenas de obras realizadas por todo o Concelho.

Ter iniciado e/ou concluído num só ano obras tão diferentes e tão importantes como o Anfiteatro Romano de Bobadela, a Biblioteca e Sede da Junta de Penalva de Alva, a Recuperação do Património Arqueológico, a Reparação do Pavilhão Desportivo Municipal, a Requalificação Urbanística do Largo Ribeiro do Amaral e Ruas adjacentes, as águas e saneamento ao Casal de Abade, Pinheirinho e Cabeçadas, a Recuperação da Praia Fluvial de Avô, a Estruturação do Novo Espaço da Feira, a beneficiação, rectificação e pavimentação da Estrada 504-2 (Lagares da Beira/Limite do Concelho/Meruge) e da Estrada Oliveira do Hospital/Felgueira Velha, foi um desafio e é uma tarefa que a todos nos deve orgulhar.

Porque é inquestionável o valor da obra realizada e também porque se manteve o equilíbrio financeiro que permite planear e realizar o desenvolvimento futuro de Concelho, proponho a esta Assembleia Municipal a aprovação das contas referentes ao ano de 2008.

E, já agora, em jeito de intervenção e para quem, aqui, já alguma vez falou nas obras do regime, quero dizer que a intervenção no Largo Ribeiro do Amaral está ao nível da intervenção feita há muitos anos pelo Dr. Oliveira Mano. Esperemos que, daqui a muitos anos, outra gente com outra coragem que eu aqui vejo, faça uma nova remodelação.”

Foi, depois, dada a palavra ao Sr. Dr. Francisco José Garcia, que fez a seguinte intervenção:

“Para o meu amigo João Dinis: naturalmente que eu não quero um terramoto em Oliveira do Hospital. Mas, ainda há pouco tempo, há uma semana ou duas, houve um toquezinho no final da Rua do Colégio e foi o “pandemónio” em Oliveira do Hospital. Não se andava para lado nenhum. Agora, imagina se tivesse sido uma criança ou um ser humano de qualquer idade a ter sido atropelado. Como é que os bombeiros lá chegavam? É que não é só alargar ou estreitar. O problema de estreitar estas ruas é que, se há o mínimo que seja... Como por exemplo: não sei se já assististe ao camião dos correios a carregar a correspondência às oito da noite o que é que provoca. Se há uma emergência, não há escapatória possível.

Relativamente ao que o Sr. Presidente da Câmara respondeu no primeiro ponto, para já tenho aqui duas observações. Uma é que, de facto, hoje em dia, os jovens e os menos jovens têm que estar sujeitos à mobilidade. Têm que andar de um lado para o outro. O problema que nós assistimos em Oliveira do Hospital é que a mobilidade é daqui para fora.

Não vêm de fora para cá trabalhar. Os jovens têm que sair de Oliveira para ir trabalhar para fora.

Quanto às comissões de que o Sr. Presidente falou e que “é para dar empregos a uns e a outros”, “técnicos-superiores a ganhar bem”, tenho uma pergunta clara para si: se o Sr. Presidente da Câmara tivesse um estagiário na sua autarquia, que é a nossa autarquia, cujo orientador de estágio lhe desse, no final do estágio, uma nota negativa, contratava essa pessoa? Como sabe, isso acontece nalguns lados.

Trago aqui mais algumas perguntas para o Sr. Presidente da Câmara. Não vou falar concretamente do Plano mas tenho algumas questões concretas.

Sr. Presidente da Câmara: para quando – e uma vez que já foi requalificado – a promoção e aproveitamento turístico das Ruínas Romanas da Bobadela? Para quando uma intervenção nos vales do Alva e do Alvôco, criando reais focos de interesse, capazes de atrair pessoas ao nosso concelho? Para quando – já repeti aqui isto por milhentas vezes – uma Pousada da Juventude – que é tão fácil de tratar – por exemplo para o vale do Alva, do Alvôco ou para um outro qualquer sítio? Para quando o saneamento básico em todas as casas? Já estamos em dois mil e nove e este mandato foi o mandato das suas desculpas para todos os fracassos nesta matéria. Muitos problemas para resolver e demasiadas desculpas. Para quando a promoção, para além dos limites do concelho, do que cá temos de bom e fazemos melhor do que ninguém? Para quando a água que não falte nas nossas torneiras? Lembro que a Câmara aderiu às Águas do Zêzere e Côa em dois mil e três. As Águas do Zêzere e Côa já construíram condutas, instalaram estações de tratamento de água, construíram ETAR’s... Possivelmente, o Senhor quer inaugurá-las nas próximas eleições. Pergunto, então: para quando a ligação às Águas do Zêzere e Côa? Quando teremos água em quantidade e qualidade vinda do sistema das Águas do Zêzere e Côa? Os anos passam. O Senhor Presidente da Câmara refugia-se nas desculpas e nas críticas mas a população do concelho é quem fica e vai continuar a ficar prejudicada. Sr. Presidente: para quando a criação de um gabinete de apoio ao investidor? Já que não vai à procura deles, já que não os incentiva a fixarem cá as suas empresas, pelo menos ajude os que cá se querem instalar com as suas empresas e com as suas criações de postos de trabalho. O Sr., sabemos que não os quer cá, mas os oliveirenses precisam desses investidores e desses industriais no concelho. Com a sua postura, parece, por vezes, que o Sr. Presidente quer que Oliveira seja um mero dormitório dos concelhos vizinhos. Há tantos anos que o Sr. Presidente está à frente dos destinos da Câmara de Oliveira e ainda não percebeu o risco da mono-indústria da confecção. Para quando, Sr. Presidente, a criação de medidas que atraiam investidores em áreas de investimento com futuro, como quase todos os concelhos vizinhos e muitos concelhos neste distrito? Concelhos liderados por gente do seu partido. Mas gente com capacidade. Para quando a ampliação da Zona Industrial de Oliveira, desde que sejam criadas as medidas necessárias? Para quando a Central de Camionagem, para servir a população? Para quando um pavilhão multi-usos para servir o concelho? Para quando – como também já referi algumas vezes – habitação social a preço gratuito ou a preços controlados para os jovens que queiram vir estudar para Oliveira?”

Terminada a intervenção do Sr. Dr. Francisco José Garcia, tomou a palavra o Sr. Dr. Simões Saraiva:

“Eu peço licença à Mesa para falar com estes meus amigos, para me sentir mais próximo deles e para me sentir rigorosamente com os mesmos deveres e com os mesmos direitos que têm aí e que eu, ali, não tenho. Ali, é um lugar particularmente calmo, estupidamente calmo, mas terrivelmente difícil. Porque, muitas vezes, estamos a ouvir, durante horas, máquinas de palavras que nada mais dizem do que insistem em dar, efectivamente, lições de moral ao Presidente da Câmara, apontar-lhe os seus erros, dizer-lhe da desgraça que tem sido a sua governação e dizer que isto, finalmente, está a ir tudo “pela água abaixo”, que estamos numa situação verdadeiramente crítica e que não sabemos onde é que isto vai parar.

Ora, eu queria dizer-vos que houve intervenções, umas mais agressivas e outras menos. Houve uma muito curta, muito interessante e muito cheia de um sentido até humorístico e que eu ressalvo que, de todas as outras, enormes, demorou dois minutos e teve imenso interesse.

Mas não podia deixar de dizer duas coisas. É que eu penso que os Senhores, particularmente os Senhores da oposição, merecem os mais rasgados elogios. Os Senhores merecem que se teça, em relação às vossas críticas, às vossas análises, os mais profundos e sentidos... como que um encantamento e numa admiração de uma gratidão. O pior é que os Senhores, da maneira que falam e atacam – e não é toda a oposição, atenção – parecem puros espíritos, não parecem seres humanos. Os Senhores parecem que são de outro mundo, que sonham com o mundo ideal, que possam chegar aqui, fazer funcionar um computador, fazer tudo e não ficar nada por fazer. Não são capazes, uma única vez, de dizer “sim, senhor, fez isto muito bem feito”. É que é tudo a “malhar” e tudo a “dar para baixo”.

Para terminar, queria dizer-vos isto: descobri hoje que um grande filósofo francês que todos conhecemos muito bem – Auguste Comte – estava enganado. E foi, aqui, que eu descobri que estava enganado. Tem que estar enganado ou, então, cada um tire as suas conclusões. Ele disse uma frase que eu fico quase convencido que ele não pode ter razão, tomando em consideração cada um dos opositores que aqui estão e que, sistematicamente, falam a “dar pancada”. Não posso acreditar nessa frase. Porque esse grande filósofo disse uma frase que eu faço justiça que ela não se possa integrar no vosso pensamento, na vossa lógica, no vosso raciocínio. O Auguste Comte disse esta frase: “toda a intransigência é sinónimo de estupidez”. Faço-vos a justiça de dizer que o Auguste Comte estava enganado. Quero mais dizer-vos, para terminar, que, por algumas vezes, fechei os olhos e, quando aqui falavam – especialmente o Sr. Dr. Gonçalves, na sua palavra de oiro, na sua linguagem de verdadeiramente de grande tribuno e que é um prazer ouvi-lo, na forma mas não no conteúdo –, só ouvia o Medina Carreira e o grande Professor Silva Lopes – este último um fervoroso simpatizante, adepto e defensor do Partido Socialista – a “dar pancada” da mais forte e da mais dolorosa em cima de um partido, em cima de um governo. Eu estava convencido que era o Silva Lopes com outro destinatário, o Presidente da Câmara. Não ficava bem com a minha consciência se não dissesse isto. Faça-se justiça que o Auguste Comte estava enganado e tem que se rever essa frase. Porque não admito que todos os que aqui falaram, nenhum deles, felizmente, será tendencioso mas não é estúpido.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves:

“Como compreenderão, esta intervenção não poderá ficar sem resposta, em defesa da honra. Começando por agradecer, se é sincero o elogio que me faz, agradeço. Mas, sob a condição de ser sincero.

Um ponto: o papel da oposição, aqui, é criticar. Portanto, o Sr. Dr. António Simões Saraiva decerto saberá que é assim que se faz a democracia. Eventualmente também se sentirá desconfortável com isto mas isso é um problema que não é da oposição.

Outra questão, parece-me a mim a mais importante: eu tenho dito sempre aqui que aquilo que digo são as minhas opiniões. Nunca disse aqui que eram definitivas. As intervenções do Sr. Dr. António Simões Saraiva, aqui, é como se aquilo que eu disse sejam verdades absolutas. Já lá vai o tempo de alguém que tem verdades absolutas. Todas as nossas contribuições, aqui, são opiniões de cada um. Os outros farão o juízo em relação às nossas opiniões. Nunca me ouviram dizer aqui que aquilo que vos digo é a minha opinião definitiva, como foi dito agora aqui.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara:

“Eu não vou defender a honra, necessariamente, mas defender as políticas, que é essa a minha competência. E responderia ao Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves dizendo-lhe que, efectivamente, foi feito um Plano de Desenvolvimento Estratégico para o concelho e para a região do Pinhal Interior Norte. E que esse Plano de Desenvolvimento Estratégico, quer para o concelho, quer para a região do Pinhal Interior Norte, visava, fundamentalmente, que aqueles que têm o poder na mão para distribuir os dinheiros públicos do País e os que vêm da Comunidade, pudessem utilizar critérios de discriminação positiva para este território, que é um território deprimido. E, então, caros amigos, a que foi que nós assistimos? Assistimos que, de um Plano de Desenvolvimento Estratégico para a Região do Pinhal Interior Norte, cujo montante era de quase quinhentos milhões de euros, a CCDRC – que é o mecanismo orientado pelo Governo, onde estão pessoas de nomeação política – decidiu atribuir, a esta região deprimida, qualquer coisa como vinte e sete milhões de euros. Meus caros amigos: julgo que todos são bons em matemática. Façam as contas e vejam: desse grande Plano de Desenvolvimento Estratégico, feito por uma região deprimida, à qual o concelho de Oliveira do Hospital faz falta, vejam qual foi a percentagem que foi atribuída.

E, meu caro Dr. Rodrigues Gonçalves, veja o que aconteceu com as outras regiões. Por exemplo, à Região do Mondego e do Baixo Mondego foram atribuídos sessenta e tal milhões de euros. Parece-me que devia ter sido o inverso. Não querendo fazer aqui qualquer tipo de devaneio político mas, por tudo aquilo que eu tenho ouvido, quer ao Sr. Primeiro-Ministro, quer aos membros do Governo, com palavras sempre muito fortes sobre a discriminação positiva mas com acções fraquíssimas para que isso possa acontecer, ou, melhor dito, na maioria das vezes, com inacção política para que isso possa acontecer. E é de política que nós estamos a falar, Dr. Rodrigues Gonçalves. É dessa política que eu estou a falar; dessa discriminação pela negativa que tem sido feita relativamente ao interior e, nomeadamente, a esta região deprimida.

E, quando o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves utilizou a anedota da Alice, que “se tu não sabes para onde queres ir, qualquer caminho te serve para sair daqui”, dir-lhe-ei, Sr. Dr., que isso não corresponde à verdade. Porque as obras que nós vamos contratualizar no âmbito do QREN fazem parte desse Plano. Tiveram que ser feitas opções. E essas opções foram feitas

de forma conscienciosa. Falando de política, dir-lhe-ei ainda que o Governo, através da instituição que superintende nesta matéria – o Instituto Português do Livro e da Biblioteca – levou três anos para aprovar o projecto da Biblioteca. Dir-lhe-ei, Sr. Dr., que o Presidente da Câmara deste Município teve que ir perder tempo em Lisboa para uns Senhores que lá estão dentro de um gabinete dizerem que a televisão não ficava bem ali e tinha que ir para outro lado ou que tinha uma mesa de sessenta e tinha que ser uma mesa de oitenta. São estes os bons exemplos. E dir-lhe-ei ainda – para reforçar a minha posição – que já foram feitos quatro ofícios ao Sr. Ministro da Cultura, para além de uma interpelação que foi feita no Governo Presente no Distrito de Coimbra, para saber quando é que vai ser integrada a verba que está protocolada. Há um compromisso escrito do Governo sobre essa matéria e estava prevista a comparticipação de cinquenta por cento do custo a Biblioteca e do equipamento. O Sr. Ministro, até hoje, respondeu zero. Nem resposta dá. E a Biblioteca vai avançar, Sr. Dr.. Mas vai avançar porque a Câmara teve que integrá-la no âmbito da contratualização para que, efectivamente, seja o menos pesada possível aos cofres da autarquia. Posso acrescentar que, num dos últimos ofícios, até disse que, se não me fosse dada resposta, iria solicitar ao Grupo Parlamentar do PSD que fizesse uma interpelação ao Sr. Ministro da Cultura para responder aquela questão. A democracia é feita com isto. É feita também com respostas, sejam elas positivas ou negativas. Eu estou à vontade, porque digo que sim ou digo que não. Não uso o cinzentismo do “talvez” que é muito apanágio dos governantes socialistas. É o talvez. Por isso é que, às vezes, dizem que eu tenho umas posições mais duras: porque digo sim ou digo não. “Talvez” comigo não existe.

É importante que os Senhores, em vez de estarem para aí a “debitar”... “Debitar” saneamento a todas as casas. Onde é que isso existe? Em que país do mundo é que existe saneamento com rede pública a todas as casas? Se forem capazes de me indicar um que seja, eu fico satisfeito. Não conheço nenhum. Com saneamento a todas as casas? Mas, isto é o quê? Isto é demagogia levada ao extremo dos extremos. É a potenciação da demagogia. Por isso, é bom que os Senhores, quando “debitam” um conjunto de coisas, orçamentassem essas coisas. Orçamentem-nas; façam estimativas de custos. Não basta dizer que se deve desenvolver este ou aquele projecto. Não basta dizer que se deve desenvolver esta ou aquela obra. É preciso dizer quais são os recursos financeiros que vão dar origem ao pagamento da obra.

Já agora, vou responder-lhe à outra questão que colocou, deixando a dúvida, aqui nesta Assembleia, de que as obras são feitas este ano para ser pagas para o ano. Não, Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves. O Sr. está enganado. As obras são feitas e, conforme os autos de medição, são pagas. E assim o Governo cumpra com as suas responsabilidades. E faça por pôr a funcionar o QREN; faça as transferências para as autarquias e o Sr. vai ver que chega ao fim deste mandato com a Câmara de Oliveira a zero de dívida.

Por isso eu estou com este à-vontade todo a falar. E se eu fosse a fazer a estimativa de custos de tudo o que aqui foi dito, meus caros amigos, com o que é o fluxo de receitas deste Município, daqui a cinquenta anos – se ainda cá estiverem – ainda estão a contabilizar algumas para fazer. É que é bom que se tenha esta noção, esta clareza e esta transparência no discurso, para que todos percebam. E, quando aqui, o Sr. Secretário da Assembleia fez o desafio que a Câmara até se deveria endividar mais, contrair mais um empréstimo para suprir

a falta de aprovação de algumas candidaturas, eu acho que os empréstimos devem ser contraídos mas nunca deixando a autarquia naquele limite que possa criar problemas de pagamento de salários ou de qualquer outro problema dessa natureza. Portanto, eu tenho esses cuidados. Porque eu, em minha casa, não gasto mais do que aquilo que ganho. Portanto, estou completamente à vontade nesta questão.

Queria também dizer aos Srs. Presidentes das Juntas que os contratos-programa servem de muito pouco, nomeadamente se nós tivermos em atenção que para se fazer obra é preciso respeitar as regras da contratualização pública e quem tem de fazer processos, cadernos de encargos, concursos, análise de propostas e fiscalização das obras é a Câmara. Então, eu pergunto: para que é que se faz a transferência se o trabalho é todo da autarquia? Se as Juntas de Freguesia não têm logística para responder às exigências que existem, para que é que servem as transferências?

É preciso ter em atenção estes factos que são importantes. E os Senhores Presidentes de Junta, na sua generalidade, até ao mês de Julho do ano de dois mil e oito, estavam habituados a chamar um empreiteiro, perguntar preços e entregar a obra. Isso agora acabou. Agora, tem de aparecer tudo na plataforma electrónica: qual o processo, qual a obra, valor da obra, etc.

Andam aí uns arautos da verdade preocupados com o que aparece na plataforma da Câmara Municipal. Podem continuar. Alguns – coitados – sabem muito pouco das coisas e nem sequer sabem que obras ou aquisições até ao montante de cento e cinquenta mil euros são da responsabilidade do Presidente da Câmara.

Quando o Sr. Eng^o Carlos Inácio fala na questão das empresas e da autarquia confunde completamente tudo. Sr. Eng^o: numa empresa, o Senhor tem fluxos de caixa e sabe quanto é que recebeu no ano de dois mil e oito e perspectiva o seu negócio para o ano de dois mil e nove, dando uma percentagem de acréscimo ou decréscimo. Nós, não estamos a falar disso. Nós estamos a falar de um Plano e Orçamento e de previsões. Estamos a falar de documentos previsionais. Aquilo que eu lhe quero dizer, a si, é que, se tivesse havido fluxo do QREN como estava previsto quando elaborámos o Plano e o Orçamento, o Senhor não tinha uma taxa de execução de cinquenta mas sim de setenta ou oitenta por cento. Agora, se o Senhor tem essa previsibilidade e isso não acontece, naturalmente que a execução aparece ferida da falta de existência dessa verba.

Também lhe quero dizer que no jornal “Porta da Estrela” vem a dizer que os “nossos vizinhos” de Seia tiveram uma taxa de execução de trinta e seis por cento, têm uma dívida a médio longo prazo de quarenta e oito milhões de euros e uma dívida a curto prazo no valor de cerca de sete milhões de euros. E já não falo de outros concelhos vizinhos porque não tenho elementos.

Por isso, é aquilo que eu digo: nós fazemos, sabemos para onde vamos e sabemos para onde queremos ir. Só não temos é condições para utilizar uma linha mais rápida. E, quais são as condições? Como é que se consegue atingir um objectivo mais rapidamente? É muito simples: é ter capacidade financeira para poder pôr em prática os planos e os projectos. Isto é extremamente importante porque, não podemos fazer aquilo que eu ouço dizer aos economistas e que está a ser feito hoje ao nível do País, ou seja, o endividamento é uma “doidice” e nós não temos condições económicas para sustentar aquilo que são os projectos

que se prevêem no domínio do investimento público. Nós não queremos isso para o concelho de Oliveira. Enquanto eu for Presidente da Câmara, não quero isso para o concelho de Oliveira.

No que respeita à intervenção do Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves, quanto às missões, quero dizer que as missões, em termos económicos, falharam todas. Estão todas a falhar e continuam a falhar. E o “buraco” existe e não sabem como é que hão-de sair do buraco. Esses é que estão como a Alice. Nós, aqui em Oliveira, não temos “buraco” e podemos continuar a caminhar sem meter “o pé na poça” e partir a perna. E isso é importante, não só em termos financeiros como também em termos dos caminhos, das ruas e dos bip’s. E vocês, agora, até estão mais à vontade para fazer a campanha pois até conseguem ir com o carro a todos os lados... E digo isto sem qualquer tibieza porque não tenho esse preconceito.

Também queria dizer ao Sr. Engº Carlos Inácio: cansaço? Eu não. Quando estiver cansado, vou-me embora. Há uma coisa que eu tenho comigo: sei quando estou a produzir e quando não produzo nada. E sou daqueles que ainda tenho essa consciência. E, portanto, quando eu sentir que a minha acção é uma acção negativa e não positiva, sou o primeiro a abandonar. Há alguns que gostariam que eu abandonasse. Há outros que gostariam de “correr” comigo. Mas, só o Povo, que obteve o direito de votar e que ninguém o pressiona no acto de votar... Não há ninguém a pressioná-lo, Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves, contrariamente ao que o Sr. afirmou há pouco. Quando vai votar não tem ninguém a pressioná-lo. Ele faz a cruz sozinho. Todo o cidadão é livre e é livre no acto de votar. Por isso, eu não acredito em “fantasmas” nem acredito que alguma pessoa, quando vai votar, se sinta pressionado por quem quer que seja.

Outra questão: falaram na Bobadela. Mas os Senhores sabem o que é que acontece na Bobadela? Na Bobadela, temos o Centro de Interpretação das Ruínas e temos a Musealização da Casa Paroquial tudo prontinho e falta o IGESPAR – que é um organismo da responsabilidade do Governo – fazer aquilo que lhe compete e que é a Musealização e a montagem do Centro de Interpretação das Ruínas. E não é por falta de comunicações, quer minhas, quer do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Bobadela. E já falei, pelo menos por duas vezes, com o responsável regional sobre essa matéria. E ainda lhes digo mais: disse ao responsável regional a mesma coisa que disse ao Sr. Ministro aquando do Governo Presente no Distrito de Coimbra, ou seja, que se não têm dinheiro, digam que não têm, a Câmara avança com o processo e, quando tiverem, pagam ao Município. Uma proposta cheia de dignidade e para colocar aquele espaço a funcionar em pleno. O problema é que, quando se chega a determinadas situações, ninguém assume nada.

Queria dizer ainda o seguinte: os Senhores não falam da Educação no concelho de Oliveira, por exemplo. Não falam dos transportes gratuitos até ao 12º ano de escolaridade, do sistema de alimentação do primeiro ciclo e do pré-escolar, dos prémios de mérito, dos subsídios que a Câmara – não tendo qualquer obrigatoriedade – atribui às escolas para o desenvolvimento dos planos de actividades, para o desenvolvimento de conferências, para projectos de inovação pedagógico-didáctica ou científicos. Disso não falam porque não têm interesse em falar. É bom. É melhor do que aquilo que o Governo está a oferecer e isso já não lhes interessa falar.

Mesmo no domínio do social: não queiram empurrar para a autarquia aquilo de que a autarquia não é responsável, e que eu leio aí nuns meios de comunicação social que não sabem do que é que falam porque não conhecem a lei. E entendem, então, que isso é uma competência da autarquia. Não é uma competência da autarquia. Pode vir a ser, mas ainda não é. Ponham as coisas nos seus lugares e não andem a fazer dos oliveirenses mentecaptos. Os oliveirenses são pessoas inteligentes.

Por isso é que, por mais que digam, por mais que façam, quando chegar a altura exacta, o Povo sabe a quem é que deve dar essa confiança.”

Interveio, depois, o Sr. Prof. João Dinis:

“Nós, na CDU, defendemos ao longo destes anos – oito anos, pelo menos – que a Câmara Municipal devia aproveitar a sua capacidade legal de endividamento para recorrer ao crédito bancário para realizar obras importantes para o Município. Portanto, não foi só para o ano de dois e oito e dois mil e nove. E a Câmara, durante algum tempo, não foi por aí.

Nós, Presidentes das Juntas de Freguesia, aprovámos aqui um Plano e um Orçamento para dois mil e nove. Nesses Plano e Orçamento, aqui aprovados, está prevista uma transferência de capital da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia. Localmente, as Juntas de Freguesia, fazendo fé naquilo que democraticamente aqui foi aprovado, estabeleceram também os seus planos de actividades com base também numa receita que agora não vem. Podem dizer que fazem lá obras, mas o problema não é aquilo que é feito mas aquilo que não é feito. Se as Juntas de Freguesia não podem fazer nada, então fechamo-las também. Fecha-se o SAP, fecha-se o posto médico, fecham-se as escolas, fecha tudo nas freguesias. Isto pode parecer brincadeira mas há projectos nesse sentido – de fechar as juntas de freguesia com menos de mil eleitores – mas está congelado porque ainda não houve coragem política para isso.

Vou, assim, ler a declaração de voto da CDU sobre este ponto:

Em relação ao “Relatório e Contas de 2008” da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, a CDU considera a abstenção a posição mais razoável porque:

1. Por um lado, nada se detectou que leve a pôr em causa a realização técnica deste relatório e a veracidade dos resultados contabilísticos apresentados.

2. Por outro lado, existe uma redução sistemática da taxa de execução, tanto a nível da receita como da despesa, situação que revela ou sobre-orçamentação inicial ou má capacidade de realização.

3. Permanecem dúvidas sobre a posição da Câmara e a forma como tem tratado a construção – na freguesia de Oliveira do Hospital – das novas instalações da ESTGOH – Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital.

Ao mesmo tempo, consideramos pouco acutilante a posição da Câmara quanto aos atrasos comprometedores que o Governo tem revelado na definição e execução de várias obras muito importantes para o Município.”

Seguidamente, o Sr. Dr. Simões Saraiva tomou a palavra:

“Queria só dizer o seguinte: meus Senhores, já passa da meia-noite. Já estamos no vinte e cinco de Abril. É um dia tão solene que a nossa alma rejubila porque trouxe ao povo português os seus direitos, a sua liberdade e, sobretudo, a democracia. Eu pedia uma salva de palmas.”

Depois da salva de palmas, a Mesa colocou à votação o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e da respectiva avaliação, bem como apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano 2008, tendo sido aprovado por maioria, com quatro votos contra e cinco abstenções.

Seguidamente, o Sr. António Dinis, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Embora tenha votado a favor deste documento, queria fazer votos para que, no documento similar do próximo ano – que será posto à votação daqui a um ano –, a minha freguesia – e eu fui eleito para defender os interesses da minha freguesia – surgisse mais contemplada em obras e em investimentos.

Eu agradeço, há pouco, as palavras do Dr. Francisco mas deixe-me só esclarecer que esta minha intervenção não tem uma motivação política ou pessoal. É mesmo pelo interesse e pela voz dos quinhentos e tal eleitores e quase setecentos habitantes da freguesia. E também quero dizer que também não se está a abrir nenhuma porta para uma alternativa política.

Eu vou aproveitar uma figura referida pelo Sr. Presidente da Câmara quando disse que há uns que querem “correr” com o Sr. Presidente ou gostariam que saísse, mas que o povo irá escolher ou, então, se não estivesse a fazer obra, seria ele a sair. Eu posso transmitir-vos – já o transmiti pessoalmente ao Sr. Presidente – que esse é o meu sentimento e, no final deste mandato, eu não virei porque não tenho cara para encarar as pessoas de Aldeia das Dez mais um mandato.”

Depois, passou-se ao Ponto IV da Ordem do Dia – Apreciação e votação, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, da proposta de aplicação do resultado líquido do ano de 2008. Não havendo intervenções sobre a matéria em apreço, a Mesa colocou à votação a proposta, tendo sido aprovada por maioria, com seis abstenções.

Por fim, foi colocada à votação a proposta de aprovação da presente acta em minuta, para que produza efeitos imediatos, tendo sido a mesma aprovada por unanimidade.

Não havendo mais nada a tratar e sendo vinte e quatro horas e trinta minutos, o Sr. Presidente da Mesa declarou encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente Acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos restantes Membros da Mesa e por mim _____ Primeiro Secretário, que a subscrevi.

(Presidente)

(Primeiro Secretário)

(Segundo Secretário)
